

Base de dados do projeto VINCULUM

GUIA DE UTILIZAÇÃO

(v. 1 – 30 de junho de 2025)

(Português)

Maria de Lurdes Rosa

English version coming soon!



INDICE

PARTE I - CONSTRUÇÃO TEÓRICA DA BASE	4
1. Que dados - da informação aos documentos e à base de dados	4
2. Estruturação da informação	4
3. Representação da informação documental	6
4. O Guia do Sistema de Informação Vincular	8
PARTE II - TRATAMENTO PRÉVIO DA INFORMAÇÃO	10
1. Seleção da informação	10
2. Processo de correção da informação a introduzir	11
2.1. Correção histórica	11
2.2. Correção arquivística	11
3. Casos particulares	12
PARTE III - CONCRETIZAÇÃO DA BASE E CUSTOMIZAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	14
1. Indicações Gerais	14
2. Home Page	15
3. Módulos Arquivísticos da <i>Home Page</i>	16
3. 1. Módulo “Entail/ vínculo”	16
3.2. Módulo “Authority records” (“registos de autoridade”) (=RA)	19
3. 3. O módulo “Archival descriptions” (“descrições arquivísticas”) (=DA)	23
4. Percurso de Exploração Recomendado	29

5. Módulos de localização da informação.....	29
5.1. Assuntos.....	29
5.2. Locais.....	30
LISTA DE COLABORADORES E SEUS ACRÓNIMOS NA BASE	31
ANEXO 1. SIGLAS E ABREVIATURAS DAS REFERÊNCIAS	33
ANEXO 2. TERMOS DE INDEXAÇÃO.....	48
ANEXO 3. LISTA DE FUNDOS DE ARQUIVO OBJETO DE LEVANTAMENTO	53
ANEXO 4. LISTAS DE VÍNCULOS NÃO INSERIDOS NA BASE DE DADOS [a disponibilizar brevemente]	63

PARTE I - CONSTRUÇÃO TEÓRICA DA BASE

1. Que dados - da informação aos documentos e à base de dados

O objetivo da base é fornecer informações completas e corretamente estruturadas sobre todos os vínculos morgados e capelas existentes nos territórios portugueses (excluindo o Estado da Índia) entre 1300 e 1700, com administração familiar leiga.

Foram inseridos todos os tipos de documentos produzidos/recebidos pela vinculação, embora alguns especialmente importantes e ricos sejam privilegiados em termos de sumarização de conteúdos (nomeadamente escrituras de fundação, sentenças, inventários, documentos narrativos). A base de dados incluirá a descrição dos documentos existentes. As informações e os documentos encontrados para cada vínculo variam muito, desde simples menções até arquivos próprios conservados como tal. No último caso, dado a amplitude do trabalho e o escopo extensivo aos territórios e séculos em estudo, foram selecionadas as tipologias documentais referidas, indicando-se, sempre que possível, a existência de outra documentação significativa sobre a vinculação.

Os fundos arquivísticos dos quais as informações foram recolhidas são apresentados no Anexo 3.

2. Estruturação da informação

Por detrás da elaboração da base de dados esteve uma ideia central do projeto – é indispensável reconstruir a estrutura da informação a ser estudada, sob o conceito de «sistema de informação vincular». Presume-se que as informações e documentos relativos às vinculações estão presentes nos arquivos de forma lacunar e que os fundos arquivísticos estão frequentemente organizados e descritos de forma incorreta. Em suma, há um problema central que exige uma resposta, antes de qualquer investigação histórica. Esta resposta é entendida como uma investigação em si mesma: como lidar com um panorama arquivístico historicamente fragmentado, agravado por práticas arquivísticas e historiográficas problemáticas.

Este panorama heurístico enganador deve ser explicado, em primeiro lugar, pelo não reconhecimento dos efeitos de um longo processo de transformação, fragmentação e dispersão arquivística, causado pela extinção das instituições de Antigo Regime a partir das revoluções liberais do século XIX. Embora a extinção formal dos vínculos tenha tido lugar em 1863, foi precedida por um

longo processo, marcado pela forte pressão do Reformismo Iluminista no sentido de limitar novas fundações, e concluiu-se *de facto* pela proclamação do regime republicano em 1910, que declarou o fim da nobreza. A longo prazo, entre 1750 e 1910, os arquivos dos vínculos foram sujeitos a grandes mudanças, que os modificaram profundamente. No final do processo, o destino dos arquivos tinha revestido três formas - destruição imediata; entrega aos compradores das então «propriedades livres», que quase sempre os destruíram após registá-los no novo sistema jurídico; conservação nas famílias por razões afetivas, sujeitos a diferentes destinos durante o século XX (na sua maioria, divididos pelos herdeiros, ou por parentes com interesse pela História, ou vendidos em leilões).

Além disso, a formação dos Arquivos Nacionais contribuiu em grande parte para a fragmentação dos arquivos das duas instituições centrais com as quais os vínculos interagem – a Coroa e a Igreja. Deve ainda referir-se a forte turbulência sofrida pelos fundos arquivísticos das instituições liberais, uma vez que muitas delas tiveram uma existência curta e tumultuosa durante o século XIX.

Um segundo fator de deformação do panorama heurístico encontra-se nas práticas científica e técnica. Em primeiro lugar, nas operações historiográficas «clássicas», como sejam a construção de bases de dados prosopográficas, que ou apagam/ negligenciam a origem das informações arquivísticas, ou são concebidas em função de inquéritos que não levam em conta a natureza institucional dos vínculos e a existência de uma produção formal de informações/ documentos/ arquivos por parte daquelas instituições. Em segundo lugar, refira-se o uso, por parte dos arquivistas, de propostas anacrónicas ou empobrecidas para a organização e classificação de materiais, explicadas pela ausência de estudos institucionais e, de modo mais profundo, por se ignorar a alteridade institucional de sociedades como o Antigo Regime Europeu.

Nestas circunstâncias, o VINCULUM estabeleceu como sua primeira e indispensável tarefa a reorganização da informação. A base de dados AtoM foi o meio central para o efeito.

Ao reorganizar os documentos em torno de cada instituição vincular, entendida a um tempo como a instituição produtora e como detentora do arquivo – mesmo se, evidentemente, registando a proveniência real de cada documento –, e ao estudar os fluxos de informação/ documentação/ conservação, o VINCULUM visou reagrupar a informação documental dispersa, sem perder o rasto da dispersão. Tal não é feito a partir de uma história do vínculo (que resultasse, por exemplo, numa «ficha histórica»), mas sim de uma recondução dos documentos dispersos a um virtual fundo

arquivístico original. Os documentos são descritos ao nível do item (simples ou composto), por tipologia documental. Esta operação seguiu a conceptualização arquivística plasmada nas normas de tratamento dos materiais produzidas pelo Conselho Internacional dos Arquivos (ver infra para a tradução prática de tal). Não se trata de uma recondução de base histórica, mas sim de base informacional e arquivística. O uso pelos historiadores terá que seguir, portanto, os caminhos usuais aquando da consulta de arquivos “reais” – consulta dos instrumentos de acesso (este “Manual”, desde logo), a localização da informação nos campos significantes, e os instrumentos de indexação (por temas, em vocabulário controlado, e por locais).

A base não contém digitalizações dos documentos, que aumentariam extraordinariamente o seu tamanho, dificultando a consulta e aumentando a pegada ecológica. Através do código de referência dos arquivos onde se encontram os documentos, a existência de cópias digitais é facilmente aferida¹. Equaciona-se neste momento a colocação de imagens apenas de documentos em posse privada, inacessíveis de outro modo.

3. Representação da informação documental

A base de dados foi construída utilizando AtoM, um software de tratamento arquivístico de código aberto, desenvolvido sob auspício da UNESCO e amplamente utilizado em diferentes países há décadas - como tal garantindo continuidade -, com crescente expressão nos arquivos portugueses e existência de um dinâmico grupo de utilizadores². Corporiza a descrição multinível e utiliza as normas arquivísticas de tratamento de documentos.

O AtoM está organizado em várias bases de dados internas interconectáveis, das quais o projeto utilizará 1) Instituições arquivísticas (IA's, aqui renomeadas por motivos de clareza como «Entail / vínculo»; 2) Registos de autoridade (RA's); 3) Descrições arquivísticas (DA's).

A unidade única de entrada e organização de dados foi o vínculo, de acordo com os princípios arquivísticos e o quadro teórico do projeto, conforme explicado acima. Assim, concretizando a conceptualização do vínculo como entidade produtora e conservadora da documentação, os vínculos

¹ Embora não tenha sido possível, nem seja exequível, de futuro, alterar as referências na base de cada vez que os arquivos alteram os códigos de referência. Nesses casos, que ultrapassam o projeto VINCULUM, os elementos de cota serão, em princípio, suficientes; caso não, deve-se recorrer aos próprios arquivos para alcançar os novos códigos.

² **ATOM-PT** - Grupo de utilizadores Portugueses de AtoM (<https://atom-pt.pt/>).

são entendidos como «instituições arquivísticas» e serão descritos seguindo uma versão simplificada do ISDIAH (*International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings/ Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico*)³. A utilização do AtoM permitiu como referido, o reagrupamento virtual dos documentos para o seu produtor, independentemente do local onde acabaram por ser guardados. É, no entanto, fundamental sublinhar que o local arquivístico final da documentação é expressamente indicado, de forma a evitar a reificação dos arquivos virtuais de vínculos.

A base de dados conectada de «Registos de autoridade» armazena, seguindo as normas arquivísticas ISAAR-CPF (*International Standard Archival Authority Records for Corporate Bodies, Persons and Families/ Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias*)⁴, “prosopografias” arquivisticamente normalizadas – se quisermos traduzir para historiadores - de pessoas e instituições ligadas aos vínculos. Como resultado das pesquisas históricas do projeto, estas prosopografias poderão eventualmente incluir informações suplementares sobre pessoas e instituições; a inter-conectividade dos Registos de Autoridade de um mesmo vínculo permite a inclusão de relações familiares, o que facilita as análises de parentesco e outras. Os RA’s são de dois tipos: “corporate body” e “person”, ou seja, respetivamente, o próprio vínculo e as pessoas que nele viveram.

É importante sublinhar que os Registos de Autoridade foram preenchidos exclusivamente com os dados da documentação vincular introduzida na IA (Entail/ vínculo), pois era esse o objetivo da base, que correspondeu, de resto, a milhares de documentos. Existem sem qualquer dúvida, para cada pessoa/ família, muitos documentos de outra natureza, que complementarão a informação. Reuni-los e, eventualmente, explorar o conjunto, é uma tarefa dos futuros utilizadores. Com muita

³ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES – ISDIAH: International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings: First edition: Developed by the Committee on Best Practices and Standards, London, United Kingdom, 10-11 March 2008; disponível em português em <https://www.gov.br/conarg/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/isdiah.pdf>

⁴ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES – ISAAR(CPF): International Standard Archival Authority Records for Corporate Bodies, Persons and Families: prepared by The Committee on Descriptive Standards. Ottawa: ICA/CDS, 2004; disponível em Português em <https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/isaar.pdf> . Foram complementadas, tal como as ISAD (g), referidas de seguida, pelas ODA - *Conjunto de orientações para aplicação das normas ISAD(G) e ISAAR(cpf) – 2ª versão* (disponível em <https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/oda1-2-3.pdf>)

probabilidade, conduzirá a correções na informação da base, que se agradecem penhoradamente e que terão um mecanismo de reporte.

Por fim, os documentos foram descritos na «base de dados de descrições arquivísticas», seguindo a ISAD (G)⁵, em dois níveis: fundo e item. Dada a extensão do levantamento documental e a desigualdade de informação entre os vínculos, tornou-se impossível uma organização orgânica da documentação, uma das ideias iniciais. De forma a respeitar a cadeia informacional e a transmissão documental, tornando ainda clara a proveniência real dos documentos, cada item foi inserido na sua progressiva transmissão, a começar pelo registo final, seguindo aqui, ainda, as regras da edição diplomática⁶. Neste sentido, por exemplo, um documento de um vínculo presente em livro de chancelaria, ou noutro livro de registo, foi considerado subitem do livro onde estava registado; por economia de esforços, e com o objetivo de conseguir trabalhar em extensão, tal teve lugar formalmente quando o livro de registo era datado dentro do período estudado; quando posterior, foi anotado no campo “notes”.

As tipologias documentais encontram-se caracterizadas no *Guia do sistema de informação vincular*.

Por fim, resta dizer que os documentos das tipologias mais relevantes para o estudo do tema – na impossibilidade de tal poder fazer a todos os documentos - nomeadamente cartas de instituição, testamentos, partilhas familiares, sentenças judiciais, foram indexados por assunto, utilizando vocabulário controlado, disponível no Anexo 2 deste Manual.

4. O Guia do Sistema de Informação Vincular

Para melhor alcançar estes objetivos, a base de dados possui uma componente relacionada, o «Guia do sistema de informação», resultado central do projeto. Este guia apresenta os materiais reunidos e estruturados na base de dados de acordo com a instituição produtora e os fluxos de informação, bem como caracteriza as tipologias documentais encontradas e elenca, analisando-a parcialmente, a

⁵ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES – ISAD(G): *General International Standard Archival Description: adopted by the Committee on Descriptive Standards*, Stockholm, Sweden, 19-22 September 1999. 2nd ed. Ottawa: CIA/CDS, 2000. ISBN 0-9696035-5-X; DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO – *Orientações para a descrição arquivística*. 2.ª v. Lisboa: DGARQ, 2007. Quanto às ODA, ver nota anterior.

⁶ COSTA, Avelino de Jesus da – *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, 2ª ed., Coimbra 1982.

legislação relativa à vinculação no período em estudo. O *Guia* pode ser consultado em versão website, em Português e Inglês, em <https://visg.vinculum.fcsb.unl.pt/>; foi feita uma adaptação dos conteúdos em formato livro, disponível em ebook de acesso livre na plataforma da Imprensa da Universidade de Coimbra⁷ e no espaço ZENODO do projeto VINCULUM⁸. Em ambos os locais se pode encontrar uma explicação mais extensa dos princípios subjacentes ao empreendimento.

É uma convicção do projeto que a correta perceção do fenómeno vincular tem que passar por uma consideração global e integrada do sistema de informação de cada vínculo. Tal implicava, para além de uma extensão documental “não vincular” do vínculo, mesmo se nem toda a produzida, uma ligação da informação da base de dados, escrita, à informação fornecida noutros suportes, tais como imagens e elementos arquitetónicos. Esta ideia, como outras já referidas, foi coartada pela grande quantidade de informação, e, sobretudo, pelo lamentável estado da descrição de grandes fundos da Coroa e da Igreja de Antigo Regime. É um objetivo futuro, a concretizar pelo menos através de um método de amostragem, em estudos de caso selecionados.

Para saber mais:

- ROSA, Maria de Lurdes - Including the Archival Context in the Historian’s Materials: The Advantages of Archival Standard Databases in Historical Research (VINCULUM Project Database and Information System Guide). In *Models of Data Extraction and Architecture in Relational Databases of Early Modern Private Political Archives*, Dir Dorit RAINES, Veneza. Ed. Ca Foscari, 2025 <https://doi.org/10.30687/978-88-6969-919-1/005>.

- ROSA, Maria de Lurdes (ed.) - VINCULUM: retrato de uma experiência de investigação aprofundada, proteção do património e comunicação de ciência”. *Dossiê JN História – Nº 43*, Fevereiro 2024, pp. 70-93.

⁷ <https://monographs.uc.pt/iuc/catalog/book/522>

⁸ <https://zenodo.org/communities/vinculum/>

PARTE II - TRATAMENTO PRÉVIO DA INFORMAÇÃO

São de seguida referidos aspetos e opções que foram tomadas, tendo em conta a natureza da informação, as contingências arquivísticas e a decisão de privilegiar a extensão dos levantamentos documentais.

1. Seleção da informação

Embora fosse ideal poder construir uma base de todos os vínculos fundados desde o século XIII à extinção da instituição em 1863, o projeto VINCULUM teve que concentrar-se, por motivos de recorte do inquérito em fase de candidatura, aos séculos XIV-XVII. A seleção do período obedeceu, como é natural, a critérios historicamente significativos – tratar os períodos de ascensão dos vínculos já formalizados (face à incipiência do século XIII), sedimentação e apogeu do fenómeno da vinculação.

A opção por uma base de dados arquivística visou permitir um tratamento do material da forma mais neutra e correta possível, ou seja, respeitando a produção orgânica e seguindo normas universais. Será possível completar a base para os séculos anteriores e posteriores, sem alterar a sua estrutura.

Os fundos arquivísticos objeto de levantamento documental foram selecionados a partir do mapa de produção informacional relativa aos vínculos, delineado com o “Guia do sistema de informação vincular”. Sobre um “mapa” lógico e abrangente, a realidade da descrição arquivística nos arquivos públicos e o acesso aos arquivos privados vieram criar zonas em branco. Os fundos levantados total, parcialmente ou não levantados, serão identificados no Anexo 3.

Embora tivessem sido levantados sistematicamente todos os vínculos de cada fundo arquivístico selecionado, foram apenas introduzidos na base os que obedeciam aos critérios definidores da instituição vincular em estudo:

- Fundação para administração e sucessão leiga (mesmo se por eclesiásticos)
- Sucessão familiar (nas suas diversas formas)
- Perpetuidade das obrigações sociais e religiosas
- Indivisibilidade do património vinculado (mesmo se admitindo trocas)

Em consequência de tal, para além do critério cronológico, foram critérios de exclusão a fundação eclesiástica para administração eclesiástica, a administração por corporações (câmaras, confrarias, Misericórdias, etc.), a menção documental insuficiente ou vaga (em geral, vínculos mencionados em testamentos ou documentos afins, mas de forma incompleta ou incerta), e os vínculos que foi impossível verificar se correspondiam aos critérios (em geral pela existência apenas de verbas incompletas, ou ausência de datação e impossibilidade total de a descobrir).

Entre o levantamento e a introdução na base, os materiais foram sistematicamente sujeitos à conformidade com este critério, verificada pela Investigadora Principal, em reunião semanal de equipa com registo escrito das decisões, numa primeira fase; e através de folhas individuais de cada vínculo, numa segunda (“fichas de dúvidas casuísticas”). Todas as dúvidas e decisões ficaram registadas, com autorias e datas, e os materiais, incluindo as folhas de excel dos levantamentos, estão guardados como “dados de investigação”.

No Anexo 4 disponibilizam-se listas de vínculos excluídos ou não inseridos na base, organizados pelos motivos de exclusão ou não inserção acima referidos. Os objetivos da inclusão destas listas nos documentos complementares à base de dados foram a justificação das ausências na base e disponibilização de dados adicionais de alguns milhares de instituições.

2. Processo de correção da informação a introduzir

2.1. Correção histórica

Em casos de dúvida ou ausência de datação, sobre os personagens ou famílias, etc., foram feitas verificações históricas tanto quanto possível aprofundadas, pela IR e pela investigadora associada Margarida Leme, com colaboração mais geral dos investigadores que estavam a introduzir os dados. Todas as dúvidas e decisões ficaram registadas nos documentos referidos no ponto anterior.

As correções históricas beneficiaram ainda de verificações e observações mais pontuais feitas por investigadores associados ao projeto, nomeadamente Margarida Leme, Pedro Pinto e Rui Mendes.

2.2. Correção arquivística

A correta realização da inserção dos dados na base foi verificada semanalmente pelos investigadores para tal designados, Mário Farelo (2020-2022) e Abel Rodrigues (2022-2024, com revisão

aprofundada dos registos anteriores, por afinamento de critérios). O processo, de extrema minúcia em especial na sua segunda fase, ficou registado em folhas próprias, guardadas como “dados de investigação”.

3. Casos particulares

3.1. De acordo com os critérios do projeto, não foram incluídas fundações do século XIII; elas podem surgir, no entanto, em vínculos com história subsequente que tenham mantido o documento de instituição. São casos raros de resto, tal como são escassos os vínculos fundados nessa centúria, e muito fluídos os seus contornos.

Está em perspetiva a inserção do conjunto de instituições encontradas para o século XIII.

Durante o trabalho de construção da base, foi-nos muito amavelmente cedido acesso ao ficheiro construído por José Augusto de Sottomayor-Pizarro (FL-UP) para a sua investigação. O objetivo central dessa base de informação, assente em fichas prosopográficas, passava pela reconstituição genealógica de linhagens de diferentes estatutos, assim como o estudo das suas formas de transmissão de património e de alianças matrimoniais, tendo como âmbito cronológico o reinado de D. Dinis (r. 1279-1325), mas ultrapassando-o largamente. No curso da sua investigação, o autor percorreu ao longo de vários anos os principais arquivos portugueses, e consultou de forma sistemática fundos monástico-conventuais e diocesanos. Assim, o acesso a este ficheiro permitiu rastrear referências documentais a instituições de vínculos e indícios de práticas «proto-vinculares» e de restrição da herança. São, de um modo geral, fontes inéditas provenientes de fundos da Coroa e monásticos depositados na Torre do Tombo e nos arquivos distritais, produzidas entre a segunda metade do século XIII e a segunda metade do XIV, maioritariamente testamentos e doações nos quais se procedia à fundação de capelas.

Alguns dos dados deste ficheiro foram utilizados, de forma comparativa, no volume 1 dos “Estudos Históricos”, por Miguel Aguiar, que completou o ficheiro com dados adicionais, gerando uma pequena base nova, para apoio a esse volume. Não foram introduzidos registos na base a partir de nenhuma destas compilações, mas está previsto utilizá-las como ponto de partida para a inserção de registos acima referida.

3. 2. Os vínculos “refundados” através de doação pela Coroa, por motivos legais, com origem familiar não identificável por lacunas documentais, foram considerados familiares desde a fundação, em função de serem doados a administradores leigos com cláusulas de sucessão familiar vincular (ainda que, por vezes, restritos condicionalmente a uma geração). A tese de doutoramento de Abel Rodrigues sobre as “Capelas da Coroa” irá ajudar a resolver este assunto, e serão feitas eventuais correções (defesa prevista para os primeiros meses de 2026).

3.3. Os vínculos provenientes do fundo *Junta dos Resíduos e Provedoria das Capelas do Arquivo e Biblioteca da Madeira*

Os registos descritivos da série de autos de contas de capelas do fundo da *Junta dos Resíduos e Provedoria das Capelas*, sob custódia do *Arquivo e Biblioteca da Madeira*, dizem respeito a um conjunto documental que estava em tratamento na altura da construção da base de dados. O projeto foi protocolarmente autorizado pela Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira a publicar aquela informação descritiva, de autoria de Fátima Barros, em bases de dados ou plataformas por si geridas e a utilizar a mesma informação para os fins que tiver por convenientes no âmbito das atividades de investigação histórica e divulgação arquivística previstas naquele projeto. Tendo em conta a natureza da informação e a inacessibilidade da documentação original, por mau estado de conservação, a introdução dos dados na base foi feita pela uma adaptação mínima dos registos originais, e mantida em Português. Os registos elaborados a partir destas descrições são identificados, em “Archivist's note”, com a sigla FB, seguida da sigla do membro do projeto que introduziu os dados, entre parêntesis.

Após a conclusão da inserção dos registos na base, o ABM foi inserindo os documentos na sua base de dados: <https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/descriptions/2801967>. Foram feitas atualizações nos registos da base, devendo, no entanto, salvaguardar-se as diferenças originadas pelo tratamento operado no âmbito desta.

PARTE III - CONCRETIZAÇÃO DA BASE E CUSTOMIZAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Vamos agora abordar a concretização e explicação quanto ao modo de usar, do acima enunciado do ponto de vista teórico.

1. Indicações Gerais

Nomes de pessoas e instituições

É importante desde o início ter em conta que os nomes de pessoas e de instituições foram normalizado para a forma atual, e que os apelidos foram apresentados apenas no género masculino.

Assim:

- Fernando e não Fernão, Martinho e não Martim, Beatriz e não Brites, etc.
- Lencastre e não Alencastre, Cortês e não Cortez, Ortiz e não Hortiz, Forjaz e não Frois, etc
- Brandão e não Brandoa, Leitão e não Leitua, Ribeiro e não Ribeira, etc.

No caso de segundos instituidores/ administradores apenas referidos pelo parentesco, foram usadas as fórmulas “his/ her son”/ “his wife”/ his children / “her son”.

Não tradução de designações de cargos e ofícios

Para evitar traduções problemáticas, as designações dos cargos e ofícios foram mantidas em Português, bem como os nomes das instituições eclesíásticas e régias.

Não tradução de designações de tipologias documentais específicas

Nas tipologias documentais, os nomes mantidos em Português estão assinalados na lista do Guia do Sistema de Informação.

Datas

- Nas datas relativas a indivíduos, foram colocados, antes da data conhecida do nascimento um “b.” (birth) e de morte um “d.” (death/deceased).

- Quando eram apenas referidas as datas em que um indivíduo, família ou outra entidade é referido/a na documentação, coloca-se flor. (floruit) seguido de uma data ou das datas-limite.
- Foram usadas as expressões [before...] e [after...] quando não tínhamos conhecimento da data exata.

Outras situações:

Com década desconhecida: [14--]-[18--]

Com ano desconhecido: [147-]-[186-];

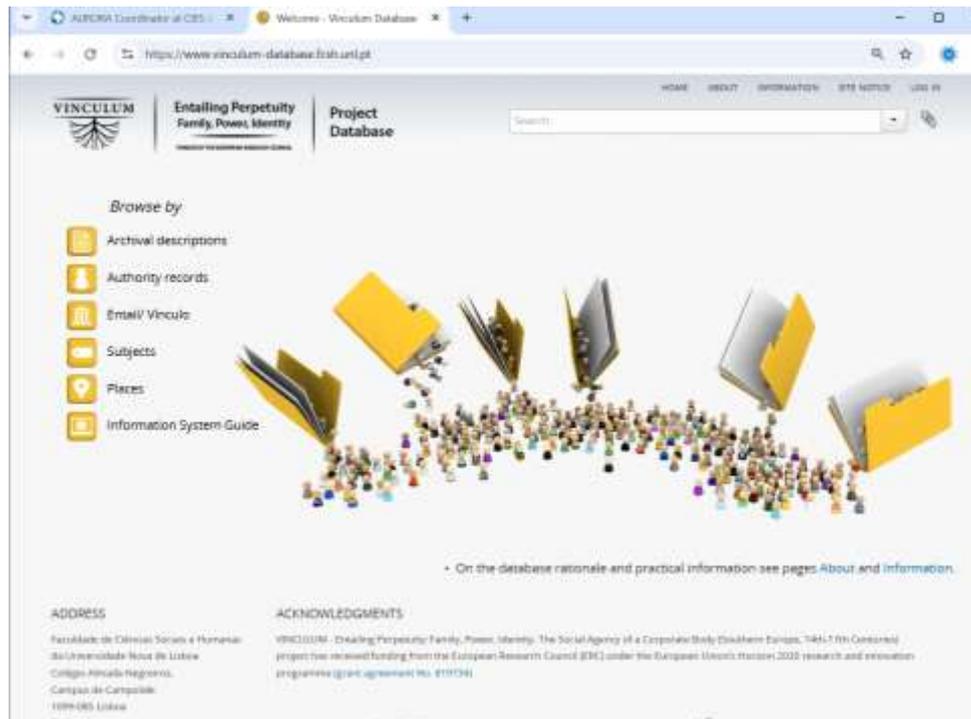
Apenas século: [13--].

Especificidades adicionais das datas são indicadas, nos RA's, no campo "Nota ao elemento "Dates of existence" e nas DA's, no campo "Sources" da Zona de controlo da descrição.

2. Home Page

Do lado esquerdo, encontram-se seis ícones "clicáveis". Os três primeiros correspondem às três bases de dados interligadas; o quarto e o quinto, a instrumentos de localização de informação nas bases anteriores; o último, dá acesso ao "Guia do sistema de informação", nas suas duas formas de apresentação.

No topo lateral direito, está uma barra de pesquisa, que deve ser utilizada clicando na seta do seu extremo direito, que elenca os módulos do lado esquerdo do écran. Embora seja perfeitamente utilizável, recomenda-se a busca na barra "search" de cada módulo.



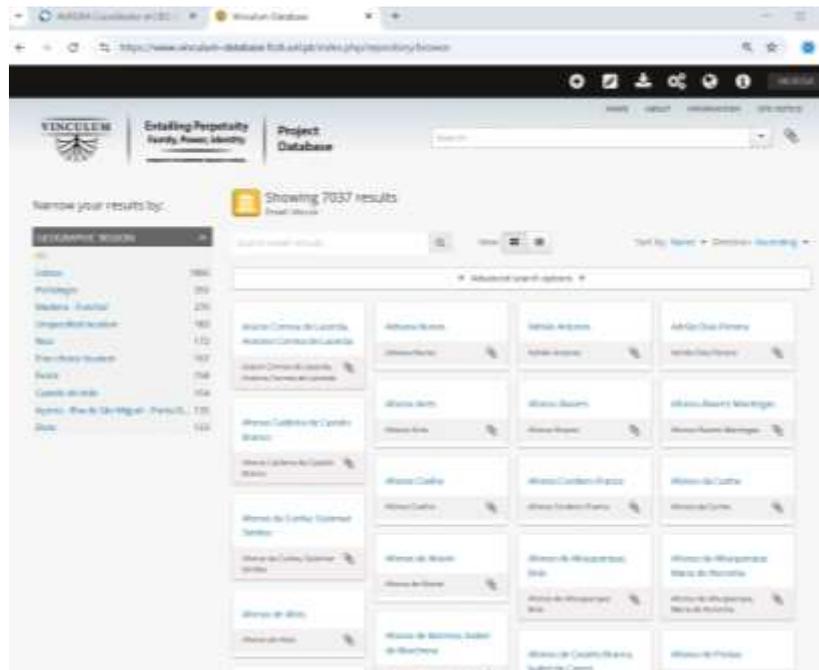
3. Módulos Arquivísticos da *Home Page*

3. 1. Módulo “Entail/ vínculo”

Corresponde, normativamente, a “Instituições com acervo arquivístico”, e reúne as informações gerais relativas a cada vínculo, numa seleção dos campos mais relevantes da norma ISDIAH, e ao longo das áreas obrigatórias⁹ - identidade, contacto, descrição, controle).

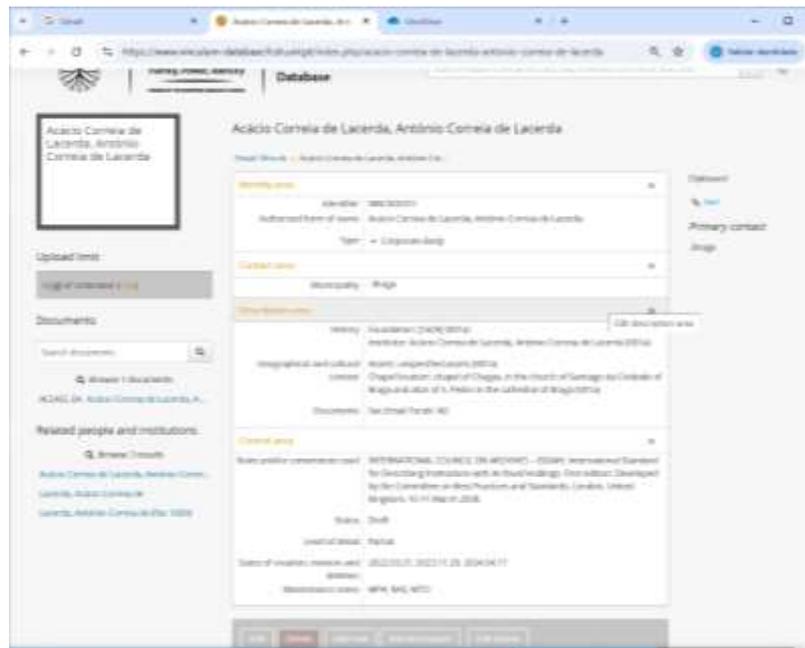
Abre por uma apresentação de todos os vínculos presentes na base, em “quadrinhos” organizados por ordem alfabética do nome do vínculo.

⁹ Com algumas exceções, que não conseguimos resolver com o tipo de documentação e tendo em conta o objetivo de exequibilidade aparecem, nas fichas, como uma base a rosa, com a informação This is a [mandatory](#) element. . Não afetam o conteúdo *****



Está disponível uma barra “search” própria do módulo, para aceder aos nomes dos vínculos, e uma barra de “Advanced search”, em que funciona apenas o campo “regions” (também alcançável, de forma mais simples, pelo ícone “places”).

Clicando nos “quadrinhos”, abre-se uma página com a “ficha de vínculo”, que reúne as informações gerais relativas a cada vínculo, numa seleção dos campos mais relevantes da norma ISDIAH, e ao longo das áreas obrigatórias - identidade, contacto, descrição, controle).



Desta ficha constam os seguintes campos:

- Na zona de identificação:

- Identificador: uma “cota VINC”, que foi usada nos trabalhos do projeto para identificações).
- Nome (selecionou-se o nome do instituidor, que corresponde à forma como era conhecido o vínculo em 90% dos casos, correspondendo as restantes, sobretudo, a vínculos sobre os quais se perdera aquela informação). Em caso de existência de mais do que um fundador, colocou-se os nomes de todos, separados por vírgulas, ficando geralmente o nome do marido antes do da mulher, exceto nos casos em que o vínculo foi criado inicialmente por uma mulher e completado pelo marido.

A desambiguação de nomes foi feita pela adição do nome do primeiro administrador (ou primeiro administrador conhecido), separado por ponto de vírgula. Quando não era conhecido o nome do administrador e existiam problemas de homonímia, indicou-se o local, separado por ponto e vírgula (por exemplo: *Catarina Lopes; Lisboa*).

Nos casos raros em que não se conheciam nomes de administrador, manteve-se a designação que constava nas fontes consultadas (por exemplo: *Capela da Vila da Figueira* ou *do Morgado da Cunha*).

Caso tal fosse muito relevante para facilitar a identificação do vínculo, inseriram-se dados em “formas paralelas de nome”.

- Tipo: entidade corporativa

- Na zona de contacto, customizada

- Localização: por município atual (cfr. infra, Parte III, 5.2.)

- Na zona de descrição:

- História: data de fundação e nome do instituidor, com indicação, entre parêntesis, dos documentos do “arquivo do vínculo” que comprovam os dados
- Contexto geográfico e cultural: bens e localização do local dos sufrágios pios (quando existente, e com seleção dos principais locais, se muito numerosos – podendo a restante informação encontrar-se na descrição documental)
- Documentos do vínculo: procurando evitar repetição de informação, mas para ficar logo claro, remete-se para o módulo de “descrição arquivística” ao nível fundo), acessível no écran na coluna do lado esquerdo, por clique no link colocado em “Browse 1 documents”

- Na zona de controlo, os elementos de construção arquivística do registo; a sequência das siglas dos responsáveis corresponde à sequência das intervenções.

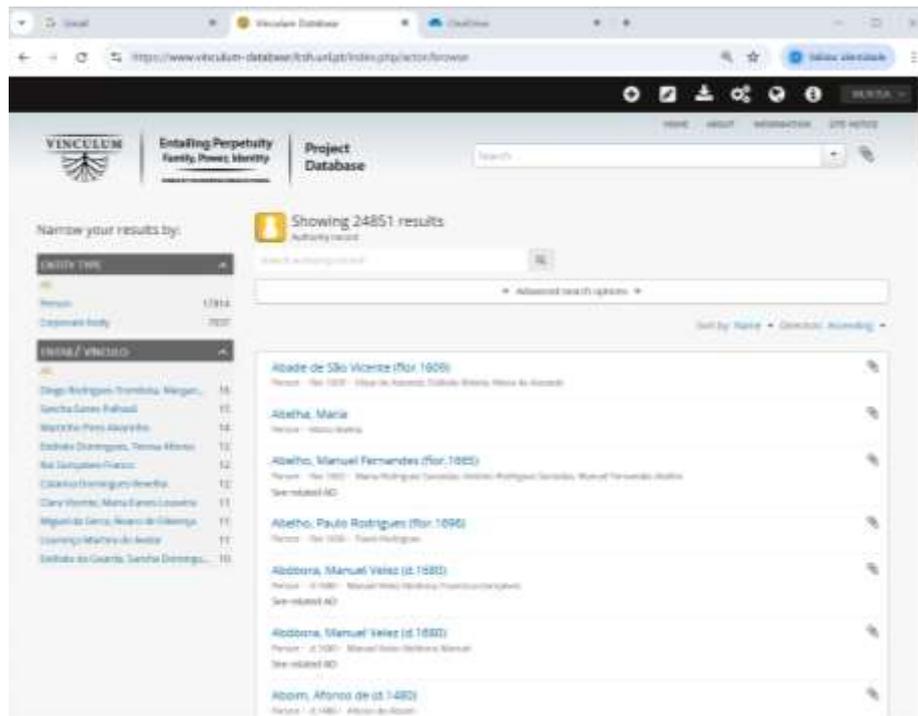
TABELA GLOBAL DE VÍNCULOS

Esta tabela, correspondendo aos dados do módulo de IA's (“Entail/ vínculo”), e impossível de gerar de forma automática a partir do software, congrega os dados principais de identificação dos vínculos enquanto instituição, presentes no módulo IA (identificador, Nome do vínculo, local principal da fundação, história (fundador e data), contexto geográfico e cultural).

3.2. Módulo “Authority records” (“registos de autoridade”) (=RA)

Reúne as informações relativas a dois tipos de entidades: o vínculo como instituição e as pessoas que nele estiveram englobadas. Foi feita uma seleção dos campos mais relevantes da norma ISAAR-CPF, e a informação é dada ao longo das áreas obrigatórias - identidade, descrição, relações, controle).

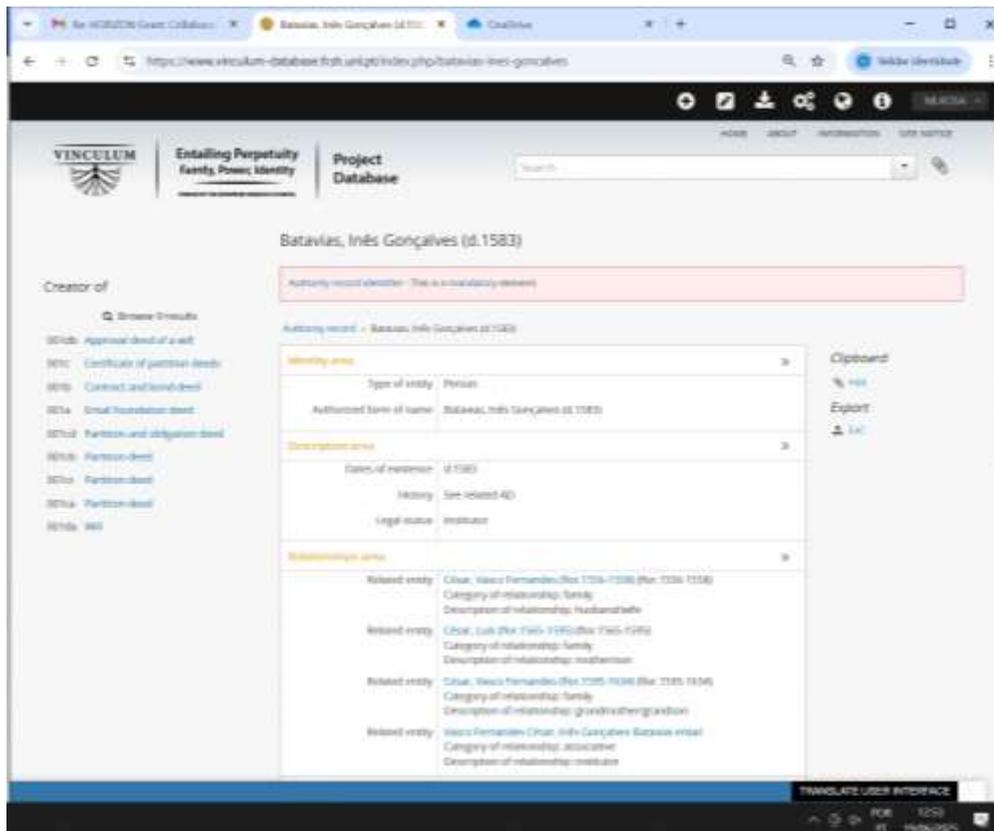
Abre por uma lista de todos os registos de autoridade presentes na base, em linhas organizadas por ordem alfabética. A lista congrega os registos de autoridade “entidade corporativa” e “pessoa”, sem distinção. É possível seleccionar apenas um ou outro tipo seleccionando “Entity type” na barra vertical esquerda com este nome.



Está disponível uma barra “search” própria do módulo, para aceder aos nomes dos vínculos, e uma barra de “Advanced search”, com múltiplas opções utilizáveis.

A repetição de nomes corresponde à presença do mesmo indivíduo em mais do que um vínculo

Clicando nas linhas a azul, abre-se uma página com a “ficha de registo de autoridade”, que reúne as informações gerais relativas a cada pessoa/ entidade, numa seleção dos campos mais relevantes da norma ISAAR-CPF, ao longo das áreas obrigatórias - identidade, descrição, relações, controle).



Na ficha dos RA de “pessoa”, encontram-se

- Na zona de identificação:

- Tipo: pessoa
- Nome (a que se acrescentou, sempre que possível, uma data de vida)

- Na zona de descrição:

- Datas de existência: indicando-se a natureza da informação (morte, período de vida, etc)
- Estatuto legal: instituidor ou administrador do vínculo.
- Funções, ocupações e atividades: sempre que possível, a partir da informação documental vincular, indicando-se entre parêntesis, a cota dos documentos do “arquivo do vínculo” que comprovam os dados.

- No campo “História”, quando comparece, remete-se para as descrições arquivísticas (sigla AD), uma vez que, pela dimensão da recolha documental, não foi possível aprofundar os RA’s a este ponto (que de resto necessitaria de documentação de outros tipos).

- Na zona de relações, encontram-se links para pessoas relacionadas, com indicação do tipo de relação (familiar, e qual; associativa, e qual). Clicando nesse link, passa-se uma ficha igual, sobre a pessoa a que o link diz respeito.

- Na zona de controlo, encontra-se o link para o IA do vínculo (“Entail/ vínculo”) e os elementos de construção arquivística do registo; a sequência das siglas dos responsáveis corresponde à sequência das intervenções.

Incluíram-se nesta zona, no campo “Sources”, informações relativas à forma de atribuição das datas.

Na coluna do lado esquerdo da ficha de vínculo, sob a frase “Creator of”, encontram-se os links dos documentos produzidos pela pessoa, com a cota das descrições arquivísticas. Clicando em cada uma, acede-se diretamente ao documento.

Nas fichas de RA de “entidade corporativa”, encontram-se as mesmas informações, por relação ao vínculo como entidade. Na coluna do lado esquerdo da ficha de vínculo, sob a frase “Creator of”, encontram-se um link para a descrição arquivística ao nível de fundo.

The screenshot shows a web browser window displaying a database record. The URL is <https://www.vinculum-database.fcsh.unl.pt/index.php/acacio-correia-de-lacerda-antonio-correia-de-lacerda-entail>. The page title is "Acácio Correia de Lacerda, António Correia de Lacerda entail".

On the left, it says "Creator of" and "AQACI EA: Acácio Correia de Lacerda, A...".

The main content area is divided into several sections:

- States of existence:** This is a non-stably element. Authority record identifier: This is a non-stable element.
- Authority record:** Acácio Correia de Lacerda, António Cor...
- Identity area:**

Type of entity	Corporate body
Authorized form of name	Acácio Correia de Lacerda, António Correia de Lacerda entail
- Relationships area:**

Related entity	Lacerda, Acácio Correia de Category of relationship: associate Description of relationship: institute
Related entity	Lacerda, António Correia de (fls. 100B) (fls. 100B) Category of relationship: associate Description of relationship: institute
- Control area:**

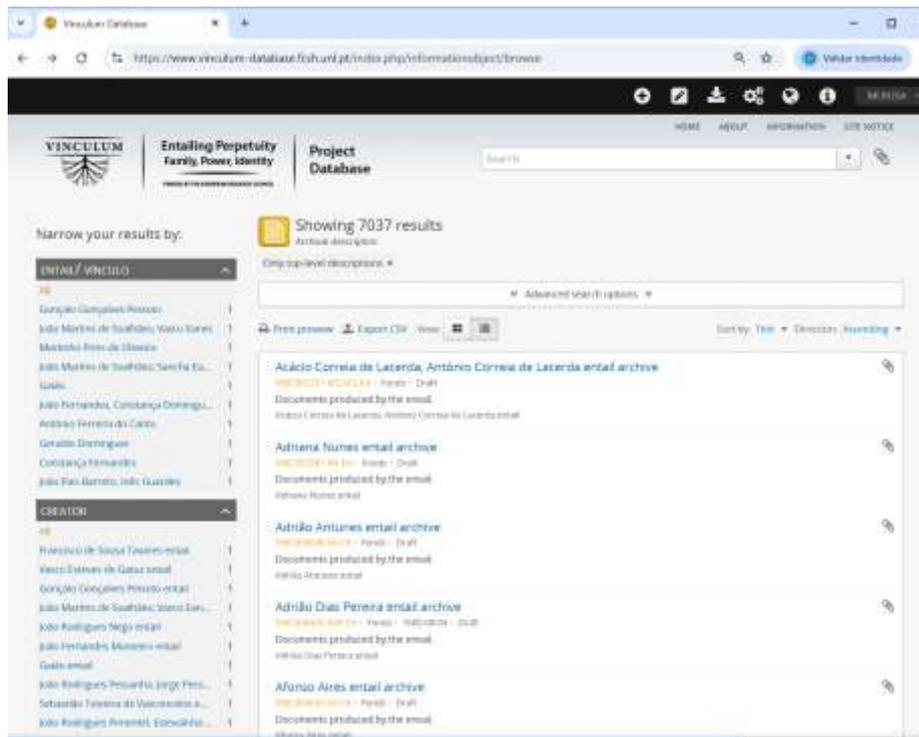
Entity/Work title	Acácio Correia de Lacerda, António Correia de Lacerda
Rules and/or conventions used	INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - ISARC/ICP: International Standard Archival Authority Records for Corporate Bodies, Persons and Families, prepared by The Committee on Descriptive Standards, Ottawa: ICA/ICDS, 2004; ISBN 2-9521932-2-3.
Status	Draft
Level of detail	Partial
Dates of creation, revision and deletion	2022-03-21
Maintenance notes	NRB

On the right side, there are buttons for "Clipboard", "Add", "Export", and "Print". At the bottom, there are buttons for "View", "Details", "Add new", and "Back".

3. 3. O módulo “Archival descriptions” (“descrições arquivísticas”) (=DA)

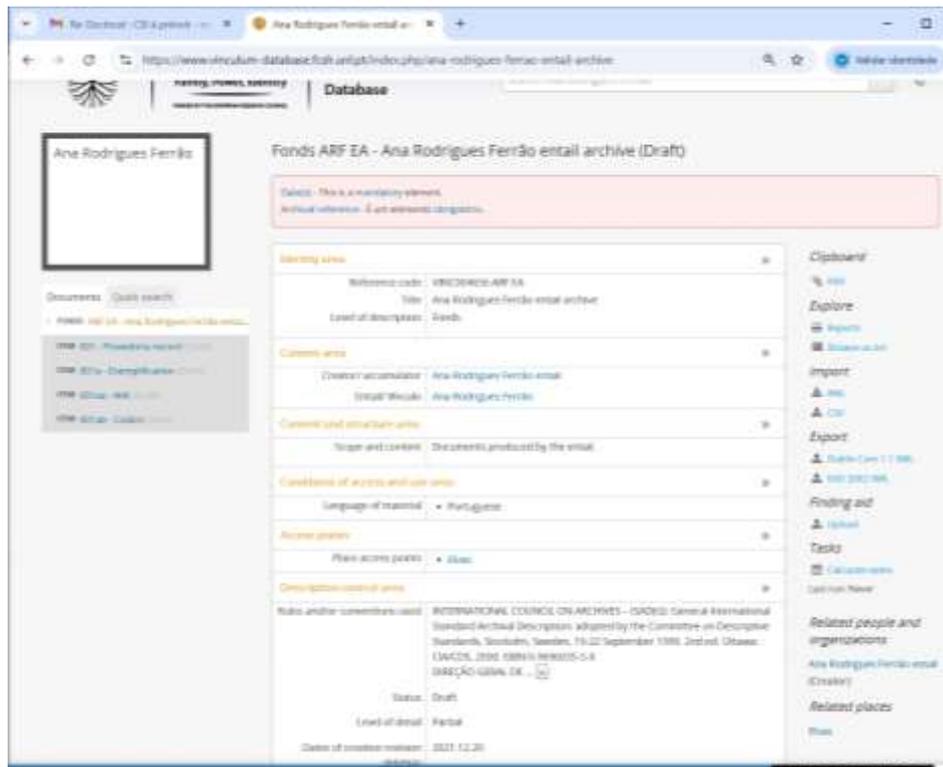
Reúne as descrições dos documentos, que foram feitas em dois níveis: fundo e item. Foi feita uma seleção dos campos mais relevantes da norma ISAD (G); a informação é dada ao longo das áreas obrigatórias - identidade, contexto, âmbito e conteúdo, condições de acesso e uso, ponto de acesso, controle).

Abre por uma lista das descrições arquivísticas, que se apresenta primeiramente ao nível de fundo, com a indicação “Only top-level descriptions”.



Está disponível uma barra de “Advanced search”, com múltiplas opções utilizáveis.

Mantendo ativa a opção “Only top-level descriptions” e clicando nos links infra, acede-se à ficha de DA de fundo de cada vínculo, que reúne as informações gerais relativas a cada arquivo de vínculo, numa seleção dos campos mais relevantes da norma ISAD (G); a informação é dada ao longo das áreas obrigatórias - identidade, contexto, âmbito e conteúdo, condições de acesso e uso, ponto de acesso, controle). Cada ficha é identificada pelo nome do vínculo, seguido da expressão “entail archive”).



Na ficha das DA's de fundo, encontram-se

- Na zona de identificação:

- Código de referência, constituído pela junção da cota numérica VINC e pelas iniciais do nome do vínculo, seguido de "EA", por "entail archive".
- Nome do vínculo
- Nível de descrição (por defeito, fundo)

- Na zona do contexto, estão dois links que permitem o acesso direto ao IA de vínculo e ao RA de entidade corporativa (que representam as estruturas que conformam o arquivo do vínculo)

- Na zona do âmbito e conteúdo, encontra-se uma designação genérica ("documents produced by the entail"), dado que não foi possível, nesta primeira fase do trabalho, fazer a história de cada arquivo vincular, o que mantém como um objetivo

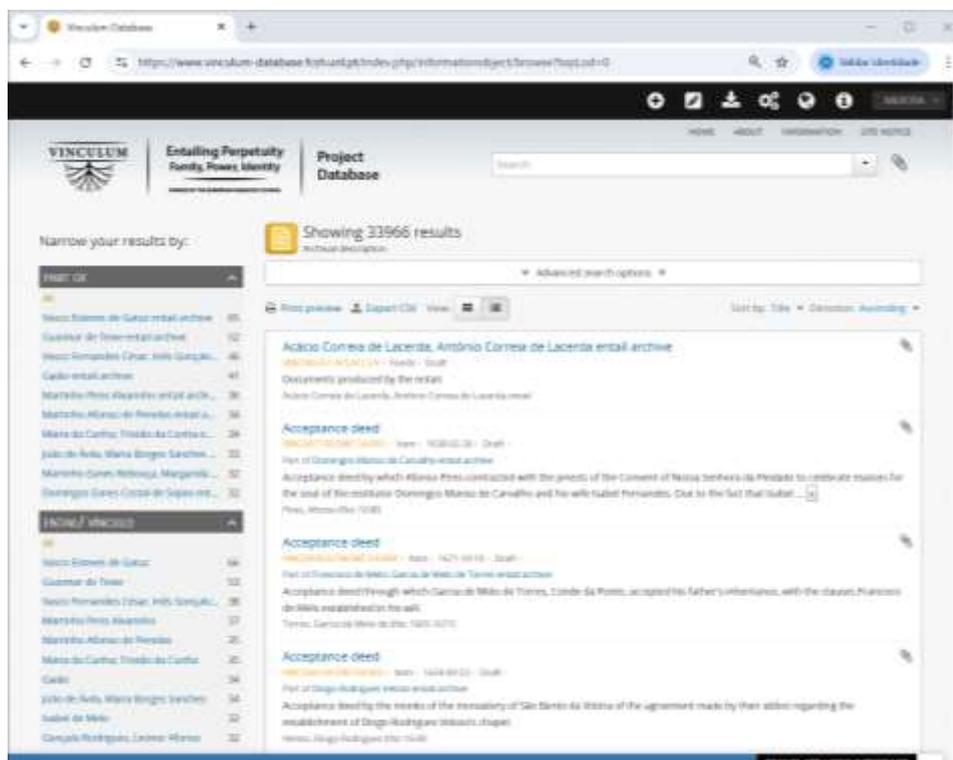
- Na zona das condições de acesso e uso, apenas se preencheu o campo do idioma dos documentos

- Na zona de pontos de acesso, encontra-se a identificação da localidade principal do vínculo (municípios atuais); clicando no link, encontra-se a totalidade de vínculos da localidade

- Na zona de controlo, encontra-se o link para o IA do vínculo (“Entail/ vínculo”) e os elementos de construção arquivística do registo; a sequência das siglas dos responsáveis corresponde à sequência das intervenções.

Na coluna do lado esquerdo da ficha de vínculo, sob a palavra “Documents” encontram-se os documentos produzidos no âmbito do vínculo. Clicando em cada uma, acede-se ao documento, enquanto DA de item.

Regressando à lista das descrições arquivísticas, caso se retire a expressão “Only top-level Descriptions”, o que se faz eliminando a cruzinha que nela se encontra, acede-se a lista de todos os documentos, sem distinção de nível de descrição, organizada por ordem alfabética das entradas.



Está disponível uma barra de “Advanced search”, com múltiplas opções utilizáveis. Deve ter-se em conta que o uso desta opção não é o melhor modo de aceder aos arquivos de cada vínculo, que se explicará a seguir, mas permite pesquisas de vários tipos, como por exemplo tipologias documentais.

A forma de melhor aceder ao arquivo de cada vínculo é partir da página de entrada do módulo DA de Fundo, mantendo a opção “Only top-level Descriptions”, e clicando no nome do vínculo a explorar.

Como referido, na página de DA de fundo, encontra-se uma barra vertical do lado esquerdo, listando os documentos ao nível de item. A organização é por ordem de inserção, não sendo possível organizar por data. Os documentos estão descritos incluindo a transmissão documental, seguindo as regras de edição diplomática, expressa pelas letras, por ordem alfabética. Clicando nos links, acede-se à página dos documentos. Deve sempre começar-se pelo item apenas numérico, que representa o derradeiro ato informacional, ou seja, o documento que transmite os restantes, quando é o caso, extremamente frequente na base.

As siglas de item que não contêm caráter alfabético são de dois tipos – documentos de registo finais posteriores a 1700 (referenciados em “note”, na zona de notas) ou correspondem a livros da coleção “Leitura Nova”. Neste segundo caso, a documentação constante dos livros da *Leitura Nova* foi tomada como uma transcrição interna da chancelaria, para fins de conservação dos suportes, sem relação administrativa formal com os vínculos cujos documentos eram neles transcritos ou com o registo de chancelaria anterior, que não é referido ou transcrito. Dado que não é possível devolver os documentos transcritos à chancelaria original de registo, os documentos existentes nos livros da *Leitura Nova* foram tratados como transcritos não datados e a data indicada é a do documento original.

Ao clicar num link de item, abrindo-se a respetiva ficha, o link fica em cor amarela e os restantes mantêm a cor azul, possibilitando uma localização imediata adicional do documento que se está a consultar.

The screenshot displays a web interface for a database. The browser address bar shows the URL: <https://www.vinculum-database.fcshu.nl/index.php/will-chart-50>. The page title is "Item 001a - Will chart (Draft)". The main content is organized into several sections:

- Identity area:**
 - Reference code: VINC001385.ACGS.EA/001a
 - Title: Will chart
 - Date(s): [1502-07-09] (Draft)
 - Level of description: Item
 - Archival reference: TT.FC.CC.4-333-136
- Context area:**
 - Creator/ accumulator: Cunha, Afonso da (flor.1592)
 - Creator/ accumulator: Simões, Guiomar (flor.1592)
 - Entity/Vinculo: Afonso da Cunha; Guiomar Simões
- Content and structure area:**
 - Scope and content: Will chart of Afonso da Cunha, capitão-mor de Alvor. He determined that his body had to be buried in the grave of Álvaro de Atalá, since his chapel was being built at that moment in Nossa Senhora do Rosário, Alvor. His wife, Guiomar Simões, would be responsible for choosing the patron saint of the chapel, where the testator's remains would be deposited and a weekly perpetual mass would be celebrated for his soul. The future administrators of that chapel would be obligated to maintain it and to preserve its ornaments. The institutor established another chapel, entrusting to it all the assets he had inherited from Adorção de Arvelos, his cousin, namely two watermills in Lagos, houses on Rua de Pedro Borges, in that city, and unspecified rents (foros). The revenues of those properties would support the celebration of a perpetual mass every Friday whenever his body would be buried. He designated his wife to administrate it, asking her to entail the houses in which they lived in Alvor to the chapel. She would be succeeded by her nephew, Francisco de Freitas, who would transfer it to his eldest son. Followed by an approval deed, issued on 1502-07-09, a codex from 1500

The right sidebar contains utility tools: Clipboard, Explore, Reports, Browse as list, Import, CSV, Export, Finding aid, Tasks, and Related subjects.

Na ficha das DA's de item, encontram-se

- Na zona de identificação:

- Código de referência, constituído pela junção da cota numérica VINC, as iniciais do nome do vínculo, seguido de "EA", e o número do documento, seguido ou não de letra, conforme acima explicado
- Tipologia documental e indicação sobre completitude (ou não)
- Data
- Nível de descrição
- Referência arquivística (cfr. Anexo 1)

- Na área do contexto, os dois links que permitem o acesso direto ao IA de vínculo e ao RA de entidade corporativa (que representam as estruturas que conformam o arquivo do vínculo)

- Na área do âmbito e conteúdo, foram sumariados os documentos, de forma tão extensa quanto possível – tendo em conta a extensão do trabalho e a qualidade da informação documental.

- Na área das condições de acesso e uso, apenas se preencheu o campo do idioma dos documentos
- Na área dos pontos de acesso, encontram-se os pontos de acesso por assuntos, definidos no vocabulário controlado; clicando no link, encontra-se a totalidade de vínculos do tema.
- Na área de controlo, encontra-se o identificador digital fornecido pelo arquivo de origem, sempre que exista, e os elementos de construção arquivística do registo; a sequência das siglas dos responsáveis corresponde à sequência das intervenções.

4. Percorso de Exploração Recomendado

Para ativar cada base, basta clicar no ícone respetivo.

Sugere-se que se comece pelo módulo de IA's, que proporciona uma visão global do vínculo e dá acesso aos restantes módulos; do ponto de vista da utilização científica da informação, respeita-se e tem-se em conta a produção informacional e documental da instituição, o que garante um uso com maior espessura.

É, todavia, possível começar por qualquer uma das bases, e tal pode ser mais adequado a pesquisas específicas. Deve-se sempre ter em conta em que página se está, para situar a informação. As páginas "ficha" são muito semelhantes entre si, em termos de apresentação, mas a informação sobre o tipo de página encontra-se na linha superior da ficha.

Para voltar à lista de ícones, em qualquer página, basta clicar no símbolo "VINCULUM" do canto superior esquerdo.

5. Módulos de localização da informação

5.1. Assuntos

A base de dados do projeto VINCULUM inclui indexação temática/semântica efetivada no nível do item, a qual corresponde aos principais temas e expressões semânticas identificados num conjunto de documentos específico, seguindo uma terminologia controlada e um tesouro. Os termos de indexação foram concebidos, por um lado, com o intuito de caracterizar, em geral, o que foi a

vinculação entre os séculos XIV e XVII; por outro, foram também pensados com o objetivo de apoiar a produção dos estudos históricos previstos no projeto.

O conjunto documental sujeito a indexação é composto por documentos de instituição de vínculos (que incluem diversas tipologias, tais como testamentos, codicilos, cartas de instituição, cartas de dote, etc) e por sentenças (que incluem diversas tipologias, tais como acórdãos, sentenças judiciais, sentenças régias, etc). As restantes tipologias documentais não foram indexadas.

No caso dos documentos de instituição, os temas e expressões semânticas indexados dizem respeito às principais cláusulas previstas na instituição, incluindo aspetos ligados ao património, à sucessão, ao comportamento dos herdeiros ou à atuação de instituições externas, entre outros.

No caso das sentenças, os temas e expressões semânticas indexados foram divididos em três categorias de acordo com o motivo geral que gerou a contenda:

- “sucession” (S) (sucessão) - contendas relativas à sucessão na administração do vínculo;
- “estate” (E) (património) – contendas relativas ao património vinculado;
- “pious legacies” (PL) (legados pios) – contendas relativas ao cumprimento de legados pios.

Cada uma destas três categorias foi subdividida pelos temas específicos que são evocados nos documentos de sentenças como, por exemplo, a exclusão da administração do vínculo por não utilização das armas do instituidor conforme cláusula expressa na instituição a esse respeito (“S – coat of arms”); alienação de bens vinculados (“E – alienation”); ou o não cumprimento de encargos de missas (“PL – masses”).

As listas dos termos de indexação e suas definições encontram-se no Anexo 2.

5.2. Locais

A localização foi feita a partir dos municípios atuais, tendo em conta o passado administrativo, segundo Ana Tomás, Nuno Valério, *Autarquias locais e divisões administrativas em Portugal 1836-2013*. Instituto Superior de Economia e Gestão – GHES - Documento de Trabalho/ *Working Paper* nº 63-2019 (<https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10400.5/19157>)

Foram usadas as expressões “Free choice location”, “Unspecified location” e “Unspecified location – Public debt instrument” para, respetivamente: “localização em escolha livre”, “localização não especificada” e “localização não especificada – padrão de juro”.

LISTA DE COLABORADORES E SEUS ACRÓNIMOS NA BASE**Levantamentos documentais e inserção dos dados na base:**

Arthur de Carvalho Curvelo (ACC)

Abel Rodrigues (AFR)

Ana Mafalda Lopes (AML)

Ana Rita Rocha (ARR),

Fábio Albino Duarte (FAD)

Joana Soares (JS)

Maria Beatriz Merêncio (MBM)

Maria Teresa Oliveira (MTO)

Miguel Pereira Aguiar (MAP)

Rodolfo Feio (RPF)

Correção dos registos

Abel Rodrigues

Maria de Lurdes Rosa

Mário Farelo (MSF)

Revisões de cotas e forma de datações

Abel Rodrigues (AFR)

Ana Patrícia Gonçalves (APG)

Carlota Do Sacramento Penacho Pereira da Silva

Catarina Mota Gomes

Joana Besugo Almeida

Joana Rodrigues Rosa

Laura Sofia Bota Cabrita Alves das Neves

Leonor Dias Garcia (LDG)

Rita Alexandra Mouro da Costa Santos

Tabela global dos vínculos

Abel Rodrigues (AFR)

Ana Mafalda Lopes (AML)

Fábio Albino Duarte (FAD)

Maria Teresa Oliveira (MTO)

Listas de vínculos não inseridos na base de dados (Anexo 4)

Arthur de Carvalho Curvelo (ACC)

Abel Rodrigues (AFR)

Ana Mafalda Lopes (AML)

Ana Rita Rocha (ARR),

Fábio Albino Duarte (FAD)

Maria Teresa Oliveira (MTO)

Miguel Pereira Aguiar (MAP)

Rodolfo Feio (RPF)

Revistas por Ana Mafalda Lopes e Ana Rita Rocha, sob supervisão de Abel Rodrigues; revisão final por Fábio Albino Duarte; correção final por Maria de Lurdes Rosa.

Aconselhamento técnico e suporte na parametrização do software livre Access to Memory (AtoM)**2019-2020:**

Illumini – tratamento de arquivos e bibliotecas

2020-2025:

Ricardo Pinho (Ricardo Miguel Moreira de Pinho)

Helder Silva (Helder Gil Gomes da Silva)

José Anjos (José Manuel Ribeiro dos Anjos)

ANEXO 1. SIGLAS E ABREVIATURAS DAS REFERÊNCIAS

A lista está organizada em duas categorias: documentos impressos e documentos manuscritos. A primeira categoria apresenta os documentos impressos consultados, enumerados por ordem alfabética do apelido do autor. A segunda categoria enumera os fundos e coleções consultadas, ordenadas de acordo com as instituições detentoras dos arquivos.

As tabelas de ambas as categorias são seriadas de acordo com a “referência arquivística VINCULUM”, utilizada na base de dados do projeto VINCULUM (principalmente no campo “Referência arquivística”, e outros). No caso dos documentos impressos, esta referência consiste no apelido do autor e no ano de publicação, seguidos do número do volume (se aplicável) e do intervalo de páginas. No caso dos documentos manuscritos, é constituído pela abreviatura do nome da instituição arquivística detentora (por exemplo, “TT”), pela abreviatura do título do fundo (por exemplo, “HSJ”), pelo número ou tipo de unidade de instalação, se for caso disso (por exemplo, ‘003’, “cx.”), e pelo intervalo de fólios (por exemplo, “134-141”). Na lista dos documentos manuscritos, cada instituição arquivística é identificada pelo seu nome completo, seguido do seu acrónimo. São igualmente indicados os acrónimos e os títulos completos de todos os fundos de cada instituição arquivística detentora.

1) Documentos impressos

2) Documentos manuscritos

- a) Arquivo Histórico Ultramarino
- b) Arquivo Nacional Torre do Tombo
- c) Arquivos internacionais
- d) Arquivos municipais, distritais e regionais
- e) Biblioteca Nacional de Portugal

1) Documentos impressos

Referência VINCULUM	Referência Bibliográfica
Borges, 2006	BORGES, Leonor Calvão – "Livro das Lembranças das capelas da coroa real", <i>Raízes e Memórias</i> , 2006, 22, pp. 211-272.
CDHBNRJ	<i>Coleção Documentos Históricos</i> . Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 112 vols., 1928-2011.
CP-A4-2	MARQUES, A. H. de Oliveira; RODRIGUES, Teresa Ferreira, ed. lit. – <i>Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV</i> , vol. II (1336-1340). Lisbon: Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1992.
CP-A4-3	MARQUES, A. H. de Oliveira; RODRIGUES, Teresa Ferreira, ed. lit. – <i>Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV</i> , vol. III (1340-1344). Lisbon: Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1992.
CP-DI-3-1	MARREIROS, Rosa, ed. lit. – <i>Chancelaria de D. Dinis</i> , Livro III, vol. 1. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.
CP-DI-3-2	MARREIROS, Rosa, ed. lit. – <i>Chancelaria de D. Dinis</i> , Livro III, vol. 2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.
CP-DU-1-1	DIAS, João José Alves, ed. lit. – <i>Chancelarias Portuguesas: D. Duarte</i> , vol. I, tomo I (1433-1435). Lisbon: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998.
CP-DU-1-2	DIAS, João José Alves, ed. lit. – <i>Chancelarias Portuguesas: D. Duarte</i> , vol. I, tomo 2 (1435-1438). Lisbon: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998.
CP-DU-3	DIAS, João José Alves, ed. lit. – <i>Chancelarias Portuguesas: D. Duarte, Livro original de 1433-1435</i> , vol. III. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002.
CP-J1-1-1	DIAS, João José Alves, ed. lit. – <i>Chancelarias Portuguesas: D. João I</i> , vol. I, tomo 1 (1384-1385). Lisbon: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004.
CP-J1-1-2	DIAS, João José Alves, ed. lit. – <i>Chancelarias Portuguesas: D. João I</i> , vol. I, tomo 2 (1385). Lisbon: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005.
CP-J1-1-3	DIAS, João José Alves, ed. lit. – <i>Chancelarias Portuguesas: D. João I</i> , vol. I, tomo 3 (1384-1388). Lisbon: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005.

Referência VINCULUM	Referência Bibliográfica
CP-J1-2-1	DIAS, João José Alves, ed. lit. – <i>Chancelarias Portuguesas: D. João I</i> , vol. II, tomo 1 (1385-1392). Lisbon: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005.
CP-J1-2-2	DIAS, João José Alves, ed. lit. – <i>Chancelarias Portuguesas: D. João I</i> , vol. II, tomo 2 (1387-1402). Lisbon: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005.
CP-J1-2-3	DIAS, João José Alves, ed. lit. – <i>Chancelarias Portuguesas: D. João I</i> , vol. II, tomo 3 (1391-1407). Lisbon: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005.
CP-J1-3-1	DIAS, João José Alves, ed. lit. – <i>Chancelarias Portuguesas: D. João I</i> , vol. III, tomo 1 (1385-1410). Lisbon: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006.
CP-J1-3-2	DIAS, João José Alves, ed. lit. – <i>Chancelarias Portuguesas: D. João I</i> , vol. III, tomo 2 (1394-1427). Lisbon: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006.
CP-J1-3-3	DIAS, João José Alves, ed. lit. – <i>Chancelarias Portuguesas: D. João I</i> , vol. III, tomo 3 (1410-1418). Lisbon: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006.
CP-J1-4-1	DIAS, João José Alves, ed. lit. – <i>Chancelarias Portuguesas: D. João I</i> , vol. IV, tomo 1 (1410-1425). Lisbon: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006.
CP-J1-4-2	DIAS, João José Alves, ed. lit. – <i>Chancelarias Portuguesas: D. João I</i> , vol. IV, tomo 2 (1393-1433). Lisbon: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006.
CP-P1	MARQUES, A. H. de Oliveira, ed. lit. – <i>Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I (1357-1367)</i> . Lisbon: Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1984.
DHA-1963	Instituto do Açúcar e do Alcool – <i>Documentos para a História do Açúcar</i> . 3 vols. Rio de Janeiro: Serviço Especial de Documentação Histórica, 1963.
DOMINGUES e PINTO, 2022	DOMINGUES, José, e PINTO, Pedro – "Livros de direito na idade média portuguesa: a biblioteca do doutor luís martins (1451)", in PICHEL, Ricardo, ed. – <i>«Tenheu que mi fez el i mui gran ben». Estudos sobre cultura escrita medieval dedicados a Harvey L. Sharrer</i> , Madrid: Sílex, 2022.
DORNELAS-1928	DORNELAS, Afonso de – "Documentos antigos - instituição do vínculo de morgadio dos Condes de Villa Real, feita em Ceuta em

Referência VINCULUM	Referência Bibliográfica
	1431", <i>Elucidário Nobiliarchico – Revista de História e de Arte</i> , 1928, 1, X, pp. 305-319.
FARELO, 2008	FARELO, Mário – <i>A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)</i> ; under the supervision of Maria Helena da Cruz Coelho and Armando Alberto Martins. Lisbon: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008. PhD thesis.
FILHO-1969	FILHO, Joaquim de Souza Leão – "Academia do Paraíso e Morgadio da Turissaca", <i>Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro</i> , 1969, 282, pp. 65-96.
FONSECA-1935	FONSECA, António José Vitoriano Borges da – <i>Nobiliarchia Pernambucana (1748)</i> , vol. XLVIII. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1935.
GUIMARÃES, 1907	GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira – "Apontamentos para a História de Guimarães. Vínculos da Colegiada", <i>Revista de Guimarães</i> , 1907, 24, 3-4, pp. 145-178.
LTMSBB	LOSE, Alcía Duhá; PAIXÃO, Gregório, ed. – <i>Coleção Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia: editando 430 anos de História</i> , 5 vols. Salvador: Memória e Arte, 2016.
MATA, 1652	MATA, António Gomes da – <i>Testamento que fez Antonio Gomez da Mata Correyo mòr que foi deste reyno de Portugal</i> . Lisbon: Na Officina Craesbeeckiana, 1652.
MOTA, SILVA, MONTOVANI-2001	MOTA, Antonia da Silva; SILVA, Kelciane Rose; MONTOVANI, José Dervil - <i>Cripto maranhenses e seu legado</i> . São Paulo: Editora Siciliano, 2001.
OLIVAL, 2002	OLIVAL, Fernanda – "Juristas e mercadores à conquista das honras: quatro processos de nobilitação quinhentistas", <i>Revista de História Económica e Social</i> (separata), 2002, 4, 2ª série, pp. 7-53.
PEGAS-1685-1	PEGAS, Manuel Alvares – <i>Tractatus de exclusione, inclusione, successione, & erectione maioratus</i> , vol. 1. Lisbon: Ex Typographia Michaelis Deslandes Sumptibus Antonii Leyte Pereyra, 1685.
PEGAS-1687-2	PEGAS, Manuel Álvares – <i>Tractatus de exclusione, inclusione, successione, & erectione maioratus</i> , vol. 2, Lisbon: Ex Typographia Michaelis Deslandes Sumptibus Antonii Leyte Pereyra, 1687.
PEGAS-1739-3	PEGAS, Manuel Alvares – <i>Tractatus de exclusione, inclusione, successione, & erectione maioratus</i> , vol. 3, Lisbon: Ex Typographia Dominici Gondisalves, 1739.

Referência VINCULUM	Referência Bibliográfica
PEGAS-1739-4	PEGAS, Manuel Alvares – <i>Tractatus de exclusione, inclusione, successione, & erectione maioratus</i> , vol. 4, Lisbon: Ex Typographia Dominici Gondisalves, 1739.
PMM	PAIVA, José Pedro, coord. – <i>Portugaliae Monumenta Misericordiarum</i> , 10 vols. Lisbon: União das Misericórdias Portuguesas, 2002-2017.
SEIXAS-1987	SEIXAS, Wilson Nóbrega – <i>A Santa Casa da Misericórdia de Paraíba</i> . João Pessoa: Gráfica S. Marta, 1987, pp. 209-226.

2. Documentos manuscritos

a) Arquivo Histórico Ultramarino

Cota VINCULUM	Instituição arquivística, Fundo/ Coleção/ Seção/ Série	Identificador digital
AHU-CU-BA	Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Bahia	PT/AHU/CU/070
AHU-CU-BA-LF	Arquivo Histórico Ultramarino, Manuscritos Avulsos da Capitania da Bahia, Luísa da Fonseca	PT/AHU/CU/005
AHU-CU-COD	Arquivo Histórico Ultramarino, Códices	PT/AHU/CU/005-002
AHU-CU-PE	Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Pernambuco	PT/AHU/CU/038
AHU-CU-RJ	Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro	PT/AHU/CU/015
AHU-CU-ST	Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, São Tomé e Príncipe	PT/AHU/CU/017

b) Arquivo Nacional da Torre do Tombo

VINCULUM	Instituição arquivística, Fundo/ Coleção/ Seção/ Série	Identificador digital
TT-AA-RA	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo do Arquivo, Livros de Registo	PT/TT/AA/002
TT-AM	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Adília Mendes	PT/TT/AM

VINCULUM	Instituição arquivística, Fundo/ Coleção/ Seção/ Série	Identificador digital
TT-AVSM	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Valle e Sousa de Meneses	PT/TT/AVSM
TT-BP-01	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Bartolomeu Perestrelo, Livro 1	PT/TT/BP/00001
TT-CA	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa de Abrantes	PT/TT/CABT
TT-C-A5	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, D. Afonso V	PT/TT/CHR/I
TT-C-A6	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, D. Afonso VI	PT/TT/CHR/R
TT-C-A6-D	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, D. Afonso VI, Doações, Ofícios e Mercês	PT/TT/CHR/R/1
TT-CAV	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa de Aveiras e Vagos	PT/TT/CAV
TT-CCA	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa dos Condes das Alcáçovas	PT/TT/CCA
TT-CCSSG-L01	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa dos Conde de Sortelha e Senhores de Góis, Livro 1	PT/TT/CCSSG/L01
TT-C-D	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, D. Dinis	PT/TT/CHR/C
TT-C-F	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, D. Fernando	PT/TT/CHR/F
TT-C-F1	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, D. Filipe I	PT/TT/CHR/N
TT-C-F1-D	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, D. Filipe I, Doações, Ofícios e Mercês	PT/TT/CHR/N/001
TT-C-F1-P	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, D. Filipe I, Privilégios	PT/TT/CHR/N/003
TT-C-F2	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, D. Filipe II	PT/TT/CHR/O
TT-C-F2-D	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, D. Filipe II, Doações, Ofícios e Mercês	PT/TT/CHR/O/001
TT-C-F2-P	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, D. Filipe II, Privilégios	PT/TT/CHR/O/003

VINCULUM	Instituição arquivística, Fundo/ Coleção/ Seção/ Série	Identificador digital
TT-C-F3	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, D. Filipe III	PT/TT/CHR/P
TT-C-F3-D	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, D. Filipe III, Doações, Ofícios e Mercês	PT/TT/CHR/P/1
TT-C-F3-P	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, D. Filipe III, Privilégios	PT/TT/CHR/P/3
TT-CFTR	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa Fronteira e Alorna	PT/TT/CFTR
TT-CG	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa Galveias	PT/TT/CG
TT-C-J2	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, D. João II	PT/TT/CHR/J
TT-C-J3	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, D. João III	PT/TT/CHR/L
TT-C-J3-D	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, D. João III, Doações, Ofícios e Mercês	PT/TT/CHR/L/1
TT-C-J3-P	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, D. João III, Privilégios	PT/TT/CHR/L/3
TT-C-J4	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, D. João IV	PT/TT/CHR/Q
TT-C-J4-D	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, D. João IV, Doações, Ofícios e Mercês	PT/TT/CHR/Q/1
TT-CL	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa Lafões	PT/TT/CL
TT-C-M	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria régia, D. Manuel I	PT/TT/CHR/K
TT-CNSCL	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Convento de Nossa Senhora do Carmo de Lisboa	PT/TT/CNSCRL
TT-CNSGL	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa	PT/TT/CNSGL
TT-C-P2	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, D. Pedro II	PT/TT/CHR/S
TT-C-P2-D	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, D. Pedro II, Doações, Ofícios e Mercês	PT/TT/CHR/S/001

VINCULUM	Instituição arquivística, Fundo/ Coleção/ Seção/ Série	Identificador digital
TT-CPCO	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa do Poço	PT/TT/CPCO
TT-CPN	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Condes da Ponte	PT/TT/CPN
TT-CPV	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Condes de Povolide	PT/TT/CPV
TT-CSFL	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Convento de São Francisco de Lisboa	PT/TT/CSFL
TT-C-SH	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, D. Sebastião e D. Henrique	PT/TT/CHR/M
TT-C-SH-D	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, D. Sebastião e D. Henrique, Doações, Ofícios e Mercês	PT/TT/CHR/M/1
TT-C-SH-P	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios	PT/TT/CHR/M/3
TT-C-SH-PL	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, D. Sebastião e D. Henrique, Perdões e Legitimações	PT/TT/CHR/M/2
TT-CSI	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa de Santa Iria	PT/TT/CSI
TT-CSL	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cabido da Sé de Lamego	PT/TT/CSLM
TT-CSLL	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Colegiada de São Lourenço de Lisboa	PT/TT/CSLL
TT-CSMOG-DP	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, Documentos Particulares	PT/TT/CSMOG
TT-CSTRL	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Convento da Santíssima Trindade de Lisboa	PT/TT/CSTRL
TT-CVACM	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa da Várzea de Abrunhais e Castelo Melhor	PT/TT/CVACM
TT-CVL	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa de Valadares	PT/TT/CVL
TT-FAMRS	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Família Alão de Moraes	PT/TT/FAMRS
TT-FC-CC	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Capelas da Coroa	PT/TT/FC/007

VINCULUM	Instituição arquivística, Fundo/ Coleção/ Seção/ Série	Identificador digital
TT-FC-TD	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Tombos e Demarcações	PT/TT/FC/005
TT-FF	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Francisco de Faria	PT/TT/FRFR
TT-FSACR	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Saldanha e Castro Falcão Trigoso	PT/TT/FSACR
TT-FSC	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Família Sinel de Cordes	PT/TT/FSC
TT-FSCSM	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Família Siqueira, Condes de São Martinho	PT/TT/FSCSM
TT-FSFP	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Família Serrão de Faria Pereira	PT/TT/FSFP
TT-GAV	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gavetas	PT/TT/GAV
TT-GCL-RV	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Governo Civil de Lisboa, Registo Vincular	PT/TT/AC/GCL
TT-GLS	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Família Gama Lobo Salema	PT/TT/FGLS
TT-HSJ	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Hospital de São José	PT/TT/HSJ
TT-HSJ-ESCR BOT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Hospital de São José, Autos de contas de capelas, escrivão Botelho	PT/TT/HSJ/A-D-C/018
TT-HSJ-ESCR PON	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Hospital de São José, Autos de contas de capelas, escrivão Pontes	PT/TT/HSJ/A-D-C/020
TT-IFF	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inventários Post Mortem dos Feitos Findos	PT/TT/IFF
TT-IMC-NA	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Morgados e Capelas, Instituição de Morgados e Capelas	PT/TT/MC/1
TT-LN-1	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 1 de Além-Douro	PT/TT/LN/0001
TT-LN-2	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 2 de Além-Douro	PT/TT/LN/0002
TT-LN-3	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 3 de Além-Douro	PT/TT/LN/0003
TT-LN-4	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 4 de Além-Douro	PT/TT/LN/0004

VINCULUM	Instituição arquivística, Fundo/ Coleção/ Seção/ Série	Identificador digital
TT-LN-5	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 5 de Além-Douro	PT/TT/LN/0005
TT-LN-6	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 1 da Beira	PT/TT/LN/0006
TT-LN-7	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 2 da Beira	PT/TT/LN/0007
TT-LN-8	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 3 da Beira	PT/TT/LN/0008
TT-LN-9	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 1 de Odiana	PT/TT/LN/0009
TT-LN-10	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 2 de Odiana	PT/TT/LN/0010
TT-LN-11	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 3 de Odiana	PT/TT/LN/0011
TT-LN-12	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 4 de Odiana	PT/TT/LN/0012
TT-LN-13	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 5 de Odiana	PT/TT/LN/0013
TT-LN-14	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 6 de Odiana	PT/TT/LN/0014
TT-LN-15	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 7 de Odiana	PT/TT/LN/0015
TT-LN-16	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 8 de Odiana	PT/TT/LN/0016
TT-LN-17	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 1 da Estremadura	PT/TT/LN/0017
TT-LN-18	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 2 da Estremadura	PT/TT/LN/0018
TT-LN-19	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 3 da Estremadura	PT/TT/LN/0019
TT-LN-20	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 4 da Estremadura	PT/TT/LN/0020
TT-LN-21	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 5 da Estremadura	PT/TT/LN/0021
TT-LN-22	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 6 da Estremadura	PT/TT/LN/0022
TT-LN-23	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 7 da Estremadura	PT/TT/LN/0023

VINCULUM	Instituição arquivística, Fundo/ Coleção/ Seção/ Série	Identificador digital
TT-LN-24	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 8 da Estremadura	PT/TT/LN/0024
TT-LN-25	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 9 da Estremadura	PT/TT/LN/0025
TT-LN-26	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 10 da Estremadura	PT/TT/LN/0026
TT-LN-27	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 11 da Estremadura	PT/TT/LN/0027
TT-LN-28	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 12 da Estremadura	PT/TT/LN/0028
TT-LN-29	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 13 da Estremadura	PT/TT/LN/0029
TT-LN-30	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 1 de Místicos	PT/TT/LN/0030
TT-LN-31	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 2 de Místicos	PT/TT/LN/0031
TT-LN-32	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 3 de Místicos	PT/TT/LN/0032
TT-LN-35	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 6 de Místicos	PT/TT/LN/0035
TT-LN-36	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro das Ilhas	PT/TT/LN/0036
TT-LN-40	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 1 de Direitos Reais	PT/TT/LN/0040
TT-LN-55	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova, Livro 2 de Padroados	PT/TT/LN/0055
TT-MC-SMC	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Morgados e Capelas, Sentenças relativas a Morgados e Capelas	PT/TT/MC/2
TT-MC-V-BGA	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Morgados e Capelas, Vínculos, Bragança	PT/TT/MC/3-002
TT-MC-V-CBR	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Morgados e Capelas, Vínculos, Coimbra	PT/TT/MC/3-004
TT-MC-V-CTB	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Morgados e Capelas, Vínculos, Castelo Branco	PT/TT/MC/3-003
TT-MC-V-FUN	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Morgados e Capelas, Vínculos, Funchal	PT/TT/MC/3-005

VINCULUM	Instituição arquivística, Fundo/ Coleção/ Seção/ Série	Identificador digital
TT-MC-V-LSB	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Morgados e Capelas, Vínculos, Lisboa	PT/TT/MC/3-007
TT-MC-V-PDL	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Morgados e Capelas, Vínculos, Ponta Delgada	PT/TT/MC/3-008
TT-MC-V-PTG	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Morgados e Capelas, Vínculos, Portalegre	PT/TT/MC/3-009
TT-MC-V-STR	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Morgados e Capelas, Vínculos, Santarém	PT/TT/MC/3-011
TT-MMA	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Morgado de Margarida Afonso	PT/TT/MMA
TT-MNSPA	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade de Azeitão	PT/TT/MNSPA
TT-MO	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Marqueses de Olhão	PT/TT/MO
TT-MRM	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Marqueses de Rio Maior	PT/TT/MRM
TT-MSDL	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Mosteiro de São Domingos de Lisboa	PT/TT/MSDL
TT-RGM-OM	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registo Geral de Mercês, Ordens Militares	PT/TT/RGM/S
TT-VNC	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima	PT/TT/VNC
TT-VT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa Visconde do Torrão	PT/TT/VT

c) Arquivos internacionais

VINCULUM	Instituição arquivística, Fundo/ Coleção/ Seção/ Série	Identificador digital
ANRJ-MDP	Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Mesa do Desembargo do Paço	n/a
ASCMB	Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia	n/a
BNRJ-M	Biblioteca Nacional do Brasil (Rio de Janeiro), Manuscritos	n/a

IANCV-ACP	Instituto Nacional do Arquivo de Cabo Verde, Administração do Concelho da Praia	n/a
IANCV-SGG	Instituto Nacional do Arquivo de Cabo Verde, Secretaria-Geral de Governo de Cabo Verde	n/a

d) Arquivos municipais, distritais e regionais

VINCULUM	Instituição arquivística, Fundo/ Coleção/ Seção/ Série	Identificador digital
ABM-GCF-RV	Arquivo Regional da Madeira, Governo Civil do Funchal, Registo Vincular	PT/ABM/GCFUN/001
ABM-JRC	Arquivo Regional da Madeira, Juízo dos Resíduos e Capelas	PT/ABM/JRC
ADEVR-GCE-RV	Arquivo Distrital de Évora, Governo Civil de Évora (1501-2013), Registo Vincular	PT/ADEVR/AC/GCEVR
ADFAR-GCF-N-A	Arquivo Distrital de Faro, Governo Civil do Distrito de Faro, Registo Vincular	PT/ADFAR/ACD/GCFAR/N-A/001
ADGRD-GCG-RV	Arquivo Distrital da Guarda, Governo Civil da Guarda, Registo Vincular	PT/ADGRD/ACD/GC/N-NA/001
ADLRA-GCL-I-54	Arquivo Distrital de Leiria, Governo Civil de Leiria, Tutela administrativa, Registo de instituições dos vínculos	PT/ADLRA/AC/GCLRA/I/054
ADPRT-CMDM	Arquivo Distrital do Porto, Convento de Madre de Deus de Monchique - Porto	PT/ADPRT/MON/CVMDMPRT
ADPRT-CSBV	Arquivo Distrital do Porto, Convento de São Bento da Vitória - Porto	PT/ADPRT/MON/CVSBVTRPRT
ADPRT-CSDP	Arquivo Distrital do Porto, Convento de São Domingos do Porto	PT/ADPRT/MON/CVSDPRT
ADPRT-CSFP	Arquivo Distrital do Porto, Convento de São Francisco do Porto	PT/ADPRT/MON/CVSFPRRT
ADPRT-GCP-RV	Arquivo Distrital do Porto, Governo Civil do Porto, Registo Vincular	PT/ADPRT/AC/GCPRT/J/078
ADPRT-PCP	Arquivo Distrital do Porto, Provedoria da Comarca do Porto	PT/ADPRT/AC/PRVCPRRT
ADPRT-PRQ-PP	Arquivo Distrital do Porto, Registo Paroquial, Paróquia do Pinheiro	PT/ADPRT/PRQ/PPNF26
ADPTG-GCP-RV	Arquivo Distrital de Portalegre, Governo Civil de Portalegre (1835-1838), Registo Vincular	PT/ADPTG/ACD/GCPTG/N-A/005

VINCULUM	Instituição arquivística, Fundo/ Coleção/ Seção/ Série	Identificador digital
ADPTG-PCE	Arquivo Distrital de Portalegre, Provedoria da Comarca de Elvas (1525-1871)	PT/ADPTG/PCELV
ADPTG-PCP	Arquivo Distrital de Portalegre, Provedoria da Comarca de Portalegre	PT/ADPTG/PCPTG
ADVIS-CSDR	Arquivo Distrital de Viseu, Casa de Souto d'el rei	PT/ADVIS/FAM/CSDR
ADVIS-CSFSJP	Arquivo Distrital de Viseu, Convento de São Francisco de São João da Pesqueira	PT/ADVIS/MON/CVSP
ADVIS-FG	Arquivo Distrital de Viseu, Família Guedes	PT/ADVIS/FAM/FGU
ADVIS-GCV-RV	Arquivo Distrital de Viseu, Governo Civil de Viseu, Registo Vincular	PT/ADVIS/AC/GCVIS
ADVIS-ML	Arquivo Distrital de Viseu, Morgado de Loureiro	PT/ADVIS/FAM/MLR
ADVRL-FCP	Arquivo Distrital de Vila Real, Família Cunha Pimentel (1548-1986)	PT/ADVRL/FAM/FCP
ADVRL-FCV	Arquivo Distrital de Vila Real, Família Costa Vasconcelos (1508-1952)	PT/ADVRL/FAM/FCV
ADVRL-FTH	Arquivo Distrital de Vila Real, Família Teixeira Homem (1472-1974)	PT/ADVRL/FAM/FTH
AHMC-Notas	Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, Administração Local, Coimbra, Serviços Administrativos, Notariado privativo, Notas	PT/CMCBR-AH/AL/CBR/C-E/001
AUC-CNSCT	Arquivo da Universidade de Coimbra, Convento de Nossa Senhora do Carmo de Tentúgal	PT/AUC/MC/CVNSCT
AUC-CNSGC	Arquivo da Universidade de Coimbra, Colégio de Nossa Senhora da Graça de Coimbra	PT/AUC /MC/CNSGC
AUC-CSMVCC	Arquivo da Universidade de Coimbra, Confraria de Santa Maria da Vera Cruz de Coimbra	PT/AUC/CIM/CSMVCC
AUC-CST	Arquivo da Universidade de Coimbra, Colegiada de São Tiago	PT/AUC/DIO/CST
AUC-GCC-RV	Arquivo da Universidade de Coimbra, Governo Civil de Coimbra, Registo Vincular	PT/AUC/ACD/GCC
AUC-MSMC	Arquivo da Universidade de Coimbra, Mosteiro de São Marcos de Coimbra	PT/AUC/MC/MSMCM
AUC-PCC	Arquivo da Universidade de Coimbra, Provedoria da Comarca de Coimbra	PT/AUC/ACD/PCC
BPARJG-GCH-RV	Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça (Horta), Governo Civil do Distrito da Horta (1821-1976), Registo Vincular	PT/BPARJG/ACD/GCH RT/00002

VINCULUM	Instituição arquivística, Fundo/ Coleção/ Seção/ Série	Identificador digital
BPARLSR-GCAH-RV	Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro, Governo Civil do Distrito de Angra do Heroísmo (1831-1979), Registo de vínculos	PT/BPARLSR/ACD/GC/AG-PAT/001
BPARLSR-PRCIT	Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro, Provedoria dos Resíduos e Capelas da Ilha Terceira	PT/BPARLSR/JUD/PRCIT
BPARPD-GCPD-RV	Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada (1836-1976), Registo Vincular	PT/BPARPD/ACD/GCPDL/046
BPARPD-MEC	Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, Manuscritos Ernesto do Canto	PT/BPARPD/PSS/MEC
SGMAI-GCVC-RV	Ministério da Administração Interna, Secretaria Geral, Governo Civil do Distrito de Viana do Castelo (1555-2013), Registo Vincular	PT/SGMAI/GCVCT/N-A/001
UM-ADB-MAB-JR-B	Universidade do Minho - Arquivo Distrital de Braga, Mitra Arquiepiscopal de Braga, Juízo dos Resíduos (1572-1897)	PT/UM-ADB/DIO/MAB/JR

e) Biblioteca Nacional de Portugal

VINCULUM	Instituição arquivística, Fundo/ Coleção/ Seção/ Série	Identificador digital
BNP-ALB	Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo Almada Lencastre Basto	n/a
BNP-ACVB	Biblioteca Nacional de Portugal, Botelho, Condes e Viscondes do (séc. XIV-XX)	n/a
BNP-ACVB-CO	Biblioteca Nacional de Portugal, Botelho, Condes e Viscondes do (séc. XIV-XX), Caixas Ovais	n/a
BNP-ACVB-RD	Biblioteca Nacional de Portugal, Botelho, Condes e Viscondes do (séc. XIV-XX), Relação de documentos Histórico-Genealógicos dos séculos XVI a XVIII	n/a
BNP-COD.	Biblioteca Nacional de Portugal, Códices	n/a
BNP - MSS.	Biblioteca Nacional de Portugal, Manuscritos Reservados	n/a

ANEXO 2. TERMOS DE INDEXAÇÃO

A base de dados do projeto VINCULUM inclui indexação temática/semântica efetivada no nível do item, a qual corresponde aos principais temas e expressões semânticas identificados num conjunto de documentos específico, seguindo uma terminologia controlada e um tesouro. Os termos de indexação foram concebidos, por um lado, com o intuito de caracterizar, em geral, o que foi a vinculação entre os séculos XIV e XVII; por outro, foram também pensados com o objetivo de apoiar a produção dos estudos históricos previstos no projeto.

O conjunto documental sujeito a indexação é composto por documentos de instituição de vínculos (que incluem diversas tipologias, tais como testamentos, codicilos, cartas de instituição, cartas de dote, etc) e por sentenças (que incluem diversas tipologias, tais como acórdãos, sentenças judiciais, sentenças régias, etc). As restantes tipologias documentais não foram indexadas.

No caso dos documentos de instituição, os temas e expressões semânticas indexados dizem respeito às principais cláusulas previstas na instituição, incluindo aspetos ligados ao património, à sucessão, ao comportamento dos herdeiros ou à atuação de instituições externas, entre outros.

No caso das sentenças, os temas e expressões semânticas indexados foram divididos em três categorias de acordo com o motivo geral que gerou a contenda:

- “sucession” (S) (sucessão) - contendas relativas à sucessão na administração do vínculo;
- “estate” (E) (património) – contendas relativas ao património vinculado;
- “pious legacies” (PL) (legados pios) – contendas relativas ao cumprimento de legados pios.

Cada uma destas três categorias foi subdividida pelos temas específicos que são evocados nos documentos de sentenças como, por exemplo, a exclusão da administração do vínculo por não utilização das armas do instituidor conforme cláusula expressa na instituição a esse respeito (“S – coat of arms”); alienação de bens vinculados (“E – alienation”); ou o não cumprimento de encargos de missas (“PL – masses”).

Apresentam-se de seguida as definições de cada um dos termos de indexação.

1. Documentos de instituição

- *Accumulation* (Acumulação) - proibição ou condicionamento de acumulação de vínculos;
- *Annexation* (Anexação) - obrigação de anexação de bens;
- *Appointment* (Nomeação) - nomeação do herdeiro;
- *Body* (Corpo) - disposições sobre a saúde física e/ou mental do herdeiro;
- *Church* (Igreja) - estabelecimento de vigilância pela igreja;
- *Clerical exclusion* (Exclusão de clérigo) - exclusão de clérigo;
- *Coat of arms* (Armas) - uso obrigatório de armas (inclui referências a epitáfios/ letreiros);
- *Crown* (Coroa) - estabelecimento de vigilância pela coroa;
- *Family name* (Apelido) – uso obrigatório de apelido;
- *Female* (Mulher) - vínculo com preferência feminina na sucessão;
- *Female exclusion* (Exclusão de mulheres) - exclusão total de mulheres;
- *First born* (Primogénito) - vínculo com preferência pelos primogénitos na sucessão;
- *Illegitimate exclusion* (Exclusão de ilegítimo) - exclusão de sucessores ilegítimos;
- *Inventory* (Inventário) - obrigação de mandar fazer inventário ou tombo;
- *Lese-majeste* (Lesamajestade) - exclusão por crime de lesa-majestade;
- *Male* (Homem) - vínculo com preferência pelo varão na sucessão;
- *Minor heir* (Menor) - disposições sobre a menoridade do herdeiro;
- *Morals* (Bons costumes) - disposições sobre bons costumes e conduta do herdeiro;
- *Municipality* (Concelho) - estabelecimento de vigilância pelo concelho;
- *Pious* (Obrigações pias) - obrigações pias;
- *Pious special* (Obrigações pias específicas) - obrigações pias específicas;
- *Rotary administration* (Administração rotativa) - administração rotativa;
- *Shared administration* (Administração partilhada) - administração partilhada;
- *Siblings agreement* (Acordo entre irmãos) - obrigação de o administrador sustentar um ou mais irmãos ou irmãs do instituidor;
- *Uncle to nephew* (Tio ao sobrinho) - preferência do tio ao sobrinho na sucessão;
- *Uncle to niece* (Tio à sobrinha) - preferência do tio à sobrinha na sucessão-

2. Sentenças

a) Sucessão (S)

- *S-Agnation* (Agnação) - Contendas em que se julga a entrada de mulheres na administração de morgados de transmissão por linha masculina, havendo cláusulas expressas de exclusão total;
- *S-Appointment* (Nomeação) - Contendas que envolvem a sucessão na administração por escolha do administrador titular;
- *S-Brotherhoods* (Confrarias) - Contendas que envolvem a entrada ou a pretensão de confrarias na administração do vínculo;
- *S-Coat of Arms* (Armas) - Contendas em que o facto de um dos administradores não usar das armas do instituidor justifica a exclusão da administração do vínculo por contradizer cláusula expressa da instituição a esse respeito;
- *S-Collateral-Relatives* (Colaterais) - Contendas que envolvem a disputa ou a pretensão de parentes colaterais sobre a administração dos vínculos;
- *S-Consanguinity* (Consanguinidade) - Contendas em que o grau das ligações de sangue com o instituidor ou a sua ausência legitima a pretensão ou a exclusão de administradores;
- *S-Family name* (Apelido) - Contendas em que o facto de um dos administradores não usar dos apelidos do instituidor justifica a exclusão da administração do vínculo por contradizer cláusula expressa da instituição a esse respeito;
- *S-Illegitimate* (Ilegítimo) - Contendas que envolvem a pretensão ou a entrada de ilegítimos na administração;
- *S-Marriage* (Casamento) - Contendas que envolvem a sucessão de cônjuges na administração, casamentos não autorizados ou o casamento com judeus, conversos, cristãos-novos, pessoas de “raça infecta” e oficiais mecânicos;
- *S-Misericordia* (Misericórdia) - Contendas que envolvem a entrada ou a pretensão de Santas Casas de Misericórdia na administração do vínculo;
- *S-Religious orders* (Ordens religiosas) - Contendas que envolvem a disputa ou a pretensão de pessoas ou ordens religiosas sobre a administração dos vínculos;

- *S-Lese-majeste* (Lesamajestade) - Contendas em que se alega a perda ou a exclusão de um dos herdeiros por crime de lesamajestade;
- *S-Second-Born Child* (Secundogénito) - Contendas que envolvem a entrada indevida ou a pretensão de filhos secundogénitos à administração;
- *S-Spiritual/Religious Kinship* (Parentesco espiritual/religioso) – Contendas sobre a sucessão em vínculos expressamente instituídos em favor de pessoas com parentesco espiritual ao instituidor, nomeadamente padrinhos e afilhados;

b) Património (E)

- *E-Alienation* (Alienação) - Contendas que envolvem a alienação de bens vinculados;
- *E-Annexation* (Anexação) - Contendas que envolvem a anexação de bens ao vínculo, nomeadamente os das terças dos administradores;
- *E-Debts* (Dívidas) - Contendas que envolvem o pagamento de dívidas do/ao instituidor e administradores do vínculo, mais frequentemente quando os bens são usados para o pagamento de dívidas;
- *E-Dissipation* (Dissipação) – Contendas sobre a dissipação, ou dissolução, dos bens vinculados por parte dos administradores, isto é, quando os bens são gastos de forma indevida;
- *E-Intrusion* (Intrusão) - Contendas que envolvem a apropriação ilegítima de bens vinculados;
- *E-Lease* (Emprezoamento/aforamento) - Contendas sobre bens do vínculo que são emprezados ou aforados, normalmente envolvendo o administrador e o emprezador ou foreiro; ou sobre a vinculação indevida de bens que os instituidores traziam emprezados ou aforados;
- *E-Partitions* (Partilhas) - Contendas sobre a partilha de bens, quer dos instituidores, quer dos administradores nos casos em que a vinculação das legítimas é obrigatória. Julga-se, principalmente, nos casos em que as partilhas foram feitas de forma indevida entre os herdeiros, dissipando bens vinculados;
- *E-Rents* (Rendas) - Contendas sobre a cobrança ou pagamento indevido de rendas provenientes de bens vinculados ou considerados como tal;
- *E-Usufruct* (Usufruto) - Contendas em que se julga o uso adequado ou inadequado de bens vinculados, quer por parte dos administradores legítimos ou de usufrutuários.

c) Legados pios (PL)

- *PL-Alms* (Esmolas) - Julgamento de causas que envolvem o incumprimento de disposições expressas na instituição em que os administradores são obrigados a dar esmolas;
- *PL-Hospitals* (Hospitais) - Julgamento de causas que envolvem o incumprimento disposições expressas na instituição em que os administradores são obrigados a sustentar hospitais;
- *PL-Masses* (Missas) - Julgamento de causas que envolvem o incumprimento dos encargos de missas deixadas pelo instituidor.

ANEXO 3. LISTA DE FUNDOS DE ARQUIVO OBJETO DE LEVANTAMENTO

INSTITUIÇÕES DA COROA/ ESTADO

Chancelaria Régia (de D. Pedro I a D. Afonso VI (ANTT; edições, havendo) (ANTT)

- **Leitura Nova** (Além Douro, Beira, Estremadura, Odiana, Ilhas, Místicos, Direitos Reais, Padroados) (ANTT)

Juiz dos Feitos da Coroa¹⁰

- Feitos da Coroa, Capelas da Coroa (ANTT)
- Feitos da Coroa, Tombos e Demarcações (ANTT)

Arquivo da Torre do Tombo

- Coleção “Morgados e capelas” (ANTT)¹¹
 - Sentenças relativas a Morgados e Capelas
 - Instituições de Morgados e Capelas
 - Registos Vinculares¹²
 - Angra Heroísmo
 - Bragança
 - Castelo Branco
 - Coimbra
 - Funchal
 - Horta
 - Lisboa

¹⁰ Seguiu-se a definição deste fundo pelo Arquivo Nacional, que o considera o resultado da atuação do “juiz dos feitos da Coroa”.

¹¹ Em data recente (não indicada), o ANTT formou a “Coleção Morgados e Capelas”, pelo que se depreende em função do papel do Arquivo da Coroa / Arquivo Nacional enquanto local de conservação de documentos daquelas instituições que tivesse tido intervenção direta da Coroa/ Estado) (cfr. “História Custodial e Arquivística” (disponível no [Digitarq+](https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/b459ecff3f8e474c96beaede55fb77e8) (<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/b459ecff3f8e474c96beaede55fb77e8>) e “História administrativa/biográfica/familiar”, apenas disponível no registo antigo (<https://digitarq.arquivos.pt/documentMigrated/b459ecff3f8e474c96beaede55fb77e8>).

¹² Considerando, conforme nota anterior, que se trata dos exemplares destinados ao Arquivo Nacional.

- Ponta Delgada
 - Portalegre
 - Porto
 - Santarém
- Arquivo do Arquivo - Livros de Registo do Arquivo – (ANTT)

Tribunais Superiores Da Coroa

PEGAS, Manuel Alvares – *Tractatus de exclusione, inclusione, successione, & erectione maioratus*, Lisboa: Ex Typographia Michaelis Deslandes Sumptibus Antonii Leyte Pereyra, 1685. (vols 1-4)

Governos Civis

Governo Civil de Lisboa, Registo Vincular (ANTT)

Governo Civil do Distrito de Faro, Registo Vincular (ADFAR)

Governo Civil da Guarda, Registo Vincular (ADGRD)

Governo Civil de Leiria, Tutela administrativa, Registo de instituições dos vínculos (ADLRA)

Governo Civil do Porto, Registo Vincular (ADPRT)

Governo Civil de Portalegre, Registo Vincular (ADPTG)

Governo Civil do Distrito da Horta, Registo Vincular (BPARJJG)

Governo Civil do Distrito de Angra do Heroísmo, Registo de vínculos (BPARLSR)

Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada, Registo Vincular (BPARPD)

Ministério da Administração Interna, Secretaria Geral, Governo Civil do Distrito de Viana do Castelo, Registo Vincular (SGMAI)

Governo Civil do Funchal, Registo Vincular (ABM)

Governo Civil de Coimbra, Registo Vincular (AUC)

Governo Civil de Viseu, Registo Vincular (ADVIS)

Governo Civil de Évora, Registo Vincular (ADEVR)

Administração do Concelho da Praia, Ilha de Santiago, Registo Vincular (Instituto dos Arquivos Nacionais- Cabo Verde)

Provedorias das comarcas¹³

Provedoria da Comarca do Algarve (ADFAR)

Provedoria da Comarca de Coimbra (AUC)

Provedoria da Comarca de Elvas (ADPTG)¹⁴

Provedoria da Comarca de Portalegre (ADPTG)

Provedoria da Comarca do Porto (ADPRT)

Provedoria dos Resíduos e Capelas da Ilha Terceira (BPARLSR)

Juízo dos Resíduos e Capelas (ABM)

Hospital de Todos os Santos – [Tombo de cópia de vínculos da comarca de Lisboa] (ANTT)¹⁵

Provedoria da Ilha de Santiago (Instituto dos Arquivos Nacionais- Cabo Verde)

Conselho Ultramarino

Manuscritos Avulsos da Capitania da Bahia (AHU)

Manuscritos Avulsos da Capitania da Bahia, Luísa da Fonseca (AHU)

Manuscritos Avulsos da Capitania de Pernambuco (AHU)

Manuscritos Avulsos da Capitania do Rio de Janeiro (AHU)

¹³ Sobre as opções que foi imprescindível tomar quanto aos levantamentos nos arquivos das provedorias das comarcas, cfr. Nota infra, p. 61.

¹⁴ Por motivos de priorização do fundo do Hospital S. José/ Provedoria da Comarca de Lisboa, não foi possível terminar a introdução da documentação dos XX relativos ao período em estudo. Foram feitos 292 registos, a partir do primeiro tomo, o mais volumoso, e que abrangia de forma mais ampla o espetro cronológico do projeto (1525-1743). Dos restantes doze, sete eram totalmente posteriores, e cinco, parcialmente posteriores. Espera-se poder completar-se a tarefa com brevidade, incluindo os tomos posteriores, que podem conter treslados, embora tal seja ocasional.

¹⁵ Na ausência de fundo de arquivo da Provedoria de Lisboa, considerou-se como hipótese de trabalho que a documentação originária da Provedoria dos Resíduos e das Capelas de Lisboa se encontre, pelo menos em parte, inserida em algumas séries do fundo *Hospital de São José*, incorporado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, como proposto recentemente ROSA, Maria de Lurdes - *As almas herdeiras*, cit., p. 346-348- Posteriormente, foi feita com uma primeira proposta de identificação arquivística das séries, por Rute Ramos (RAMOS, Rute Isabel Guerreiro - *O Hospital Real de Todos os Santos. História, Memória e Património arquivístico (Sécs. XVI-XVIII)*). Tese de doutoramento. Évora: Universidade de Évora, 2019, p. 31, 38-39; porém, carece sem dúvida de maior aprofundamento (nomeadamente quanto às séries marcadas com um asterisco na p. 26 e naquelas que indica, com incongruência quanto ao número total – 10 ou 12 – na tabela das pp. 26-27 e na p. 39). Qualquer trabalho adicional será impossível sem uma identificação documental rigorosa e uma organização arquivística profunda, até agora não realizada, apesar do fundo em apreço ter sido incorporado na Torre do Tombo entre 1979 e 2004. Deve por fim advertir-se que, dada a maciça quantidade de informação, por motivos de organização do trabalho do projeto, não foi possível introduzir os documentos de uma parte dos livros, opção baseada nos seguintes critérios: instituições onde os vínculos eram escassos/ maioritariamente administrados por confraria/ de fundação após o termo do período em estudo. Do total de 167 livros ficaram por introduzir os dados de 57 livros, a que corresponderão, grosso modo, a 10% dos vínculos da série que recaem no universo definido (cfr. tabela na pág. XXX). Está prevista a continuidade da análise dos levantamentos feitos e a inserção dos registos.

Conselho Ultramarino, São Tomé e Príncipe (AHU)
 Códices - Livros de Registo de Provisões (AHU)
 Códices - Livros de Registo de Cartas, Ordens e Provisões (AHU)

INSTITUIÇÕES ECLESIAÍSTICAS¹⁶

Cabido da Sé de Lamego (ANTT)
 Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães (ANTT)
 Colegiada de São Lourenço de Lisboa (ANTT)
 Colegiada de São Tiago de Coimbra (AUC)
 Mitra Arquiepiscopal de Braga, Juízo dos Resíduos (1572-1897) (UM-ADB)

Convento de Nossa Senhora do Carmo de Lisboa (ANTT)
 Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa (ANTT)
 Convento de São Francisco de Lisboa (ANTT)
 Convento da Santíssima Trindade de Lisboa (ANTT)
 Convento de Madre de Deus de Monchique - Porto (ADPRT)
 Convento de São Bento da Vitória - Porto (ADPRT)
 Convento de São Domingos do Porto (ADPRT)
 Convento de São Francisco do Porto (ADPRT)
 Convento de São Francisco de São João da Pesqueira (ADVIS)
 Convento de Nossa Senhora do Carmo de Tentúgal (AUC)
 Colégio de Nossa Senhora da Graça de Coimbra (AUC)
 Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade de Azeitão (ANTT)
 Mosteiro de São Marcos de Coimbra (AUC)
 Mosteiro de S. Bento da Baía - *Coleção Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia: editando 430 anos de História*, 5 vols. Salvador: Memória e Arte, 2016, ed LOSE, Alícia Duhá; PAIXÃO, Gregório, ed.

¹⁶ Seleção a partir de documentação 1) pertinente; 2) exequível (implicou seleção por tombos, na maioria dos casos).

Misericórdias

Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia (Baía)

ARQUIVOS DE FAMÍLIA E PESSOAS¹⁷

Adília Mendes (Coleção) (ANTT)

Arquivo Almada Lencastre Basto (BNP)

Arquivo Valle e Sousa de Meneses (ANTT)

Bartolomeu Perestrelo (ANTT)

Casa de Abrantes (ANTT)

Casa de Aveiras e Vagos (ANTT)

Casa dos Condes das Alcáçovas (ANTT)

Casa dos Conde de Sortelha e Senhores de Góis (ANTT)

Casa Fronteira e Alorna (ANTT)

Casa Galveias (ANTT)

Casa do Poço (ANTT)

Casa de Souto d'el rei (ADVIS)

Condes da Ponte (ANTT)

Condes de Povolide (ANTT)

Condes e Viscondes do Botelho (séc. XIV-XX) (BNP)

Casa de Santa Iria (ANTT)

Casa Lafões (ANTT)

Casa da Várzea de Abrunhais e Castelo Melhor (ANTT)

Casa Visconde do Torrão (ANTT)

Casa de Valadares (ANTT)

Família Alão de Morais (ANTT)

Família Costa Vasconcelos (1508-1952) (ADVRL)

Família Cunha Pimentel (1548-1986) (ADVRL)

Família Gama Lobo Salema (ANTT)

¹⁷ Seleção de documentos com critérios: tipologias mais significativas; documentos autênticos; documentos não existentes na base a partir de outros fundos. Os levantamentos completos estão disponíveis em “dados de investigação”.

Família Guedes (ADVIS)
 Família Teixeira Homem (1472-1974) (ADVRL)
 Francisco de Faria (ANTT)
 Arquivo Saldanha e Castro Falcão Trigo (ANTT)
 Família Sinel de Cordes (ANTT)
 Família Siqueira, Condes de São Martinho (ANTT)
 Família Serrão de Faria Pereira (ANTT)
 Família Gama Lobo Salema (ANTT)
 Marqueses de Olhão (ANTT)
 Marqueses de Rio Maior (ANTT)
 Morgado de Loureiro (ADVIS)
 Morgado de Margarida Afonso (ANTT)
 Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima (ANTT)

Acessoria e pontualmente

Registo Geral de Mercês, Ordens Militares (TT)
 Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, Administração Local, Coimbra, Serviços
 Administrativos, Notariado privativo, Notas
 Arquivo da Universidade de Coimbra, Confraria de Santa Maria da Vera Cruz de Coimbra
 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gavetas
 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Hospital de São José, Autos de contas de capelas, escrivão
 Botelho
 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Hospital de São José, Autos de contas de capelas, escrivão
 Pontes
 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inventários Post Mortem dos Feitos Findos
 Arquivo Distrital do Porto, Registo Paroquial, Paróquia do Pinheiro
 Biblioteca Nacional de Portugal, Códices
 Biblioteca Nacional de Portugal, Manuscritos Reservados
 Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Mesa do Desembargo do Paço
 Biblioteca Nacional do Brasil (Rio de Janeiro), Manuscritos

Para a documentação do Brasil consultar ainda o anexo final do volume 4 dos “Estudos Históricos”, de Arthur C. Curvelo (et al.)

Documentos impressos não incluídos nas listas supra e referidos na “Tabela de conversão de siglas”

Livros da Série “Tombo de capelas” que não estão ainda introduzidos na base, estando completo o levantamento preliminar

NOME DA INSTITUIÇÃO	LIVRO
Trinas, Igreja de São Pedro de Sousa, Igreja de São Luís de Pinhal, Igreja do Noviciado da Cotovia, Igreja de N. S ^a da Purificação da Sapataria	26
M ^o São Dinis de Odivelas	28
Convento de São Caetano e Convento de São Bento da Saúde	29
Igreja de São Pedro de Alcântara, Igreja de Corpus Christi e Igreja de N. S ^a do Livramento de Alcântara	30
Igreja do Espírito Santo (Congregação do Oratório)	34
Igreja de São Lourenço de Carnide	35
F. da Encarnação, mosteiro da Esperança, Igreja de São Pedro e São Paulo dos Ingleses	36
Igreja de N. S ^a dos Anjos	37
Igreja de N. S ^a do Loreto, Igreja de N. S ^a da Palma, Hospício das Mercês, m ^o de N. S ^a da Nazaré das Religiosas Bernardas do sítio do Mocambo	38
F. N. S ^a da Ajuda de Belém, Igreja das Chagas, Igreja de N. S ^a da Boa Hora dos Agostinhos Descalços	39
Convento da Encarnação, ermida da Ascensão da Calçada do Combro, ermida de N. S ^a da Conceição de Ara Coeli (F. dos Anjos), Igreja de Santa Ana das Religiosas Franciscanas	40
Igreja de S. Pedro de Barcarena e Igreja de S. Marcos do Calhariz	44
Igreja de Sta. Catarina do Monte Sinai	46
F. de N. S ^a da Vitória, colégio da Estrela dos P.es de S. Bento da Saúde, f. de S. Miguel do Milharado	47
Igreja de Belém e Convento dos Paulistas	48
Igreja de Sta. Marinha de Benfica, e f. de N. S ^a do Amparo de Benfica	52
F. de S. José	53
Igreja de N. S ^a da Encarnação da Ameixoeira	54
F. de N. S ^a das Mercês e Igreja de S. Romão de Carnaxide	55
F. de Sta. M ^a de Oeiras e Igreja de Sto. António da cidade	56
Igrejas Sta. M ^a de Loures, S. Sebastião da Pedreira e S. João do Monte, ermida do Sr. Jesus dos Mareantes	57
F. de S. Paulo, Igreja de Santa Marta	58

NOME DA INSTITUIÇÃO	LIVRO
F. de N. S ^a do Socorro, Igreja de N. S ^a do Vale e Misericórdia de Laveiras	60
Ermida de N. S ^a do Arco da Consolação, c. de Sta. Brígida do Mocambo, Igreja das Dominicanas de Alcântara, Igreja de S. João de Deus	61
F. de N. S ^a da Pena	63
F. N. S ^a da Purificação de Sacavém	89-90
Igreja de N. S ^a dos Olivais	99-100
Igreja de S. Julião de Frielas	110-111
F. do Sacramento	115
F. de Vialonga	116-17
Igreja de S. Bartolomeu da Charneca	118-19
Igreja de São Quintino	120-21
C. Sta. Clara de Lisboa	122-23
F. de São Tiago	124-25
F. de Sto. António e S. Julião do Tojal	126
Igreja de Sto. António do Tojal	127
C. do Carmo de Camarate e m ^o de Chelas	130
Igreja de São Francisco Xavier de Alfama	132
Igreja de São Tiago de Camarate	133
Igreja de Sto. António dos Capuchos	134
F. de N. S ^a do Paraíso	135
Igreja de São Silvestre de Unhos	136
F. de São João da Talha	137
F. de N. S ^a da Encarnação da Apelação	138
F. de Santa Engrácia	140
F. de Sta. Iria	143
I. de Marvila e freguesias da Granja de Alpriate	144
M. de Santos e Santa Apolónia	145
igrejas de Nossa Senhora da Penha de França e Conceição do Monte Olivete	146

NOTA SOBRE ARQUIVOS DAS PROVIDORIAS DAS COMARCAS¹⁸

A documentação relativa ao tema do projeto encontra-se, nas provedorias das comarcas, nas séries de tombos de capelas e morgados (designação com ligeiras variações, sem afetar o conteúdo) e nas séries de autos de contas (sendo que os primeiros, em livro, são, em geral, a transposição dos documentos fundacionais e cadastrais, por vezes também sentenças e documentos judiciais relacionados) que podem, ou não, constar nos segundos, em maços, e que congregam sobretudo a documentação de prestação de contas dos encargos pios). É de referir, antes de mais, que não restam tais séries para todas as provedorias (nomeadamente Leiria, Setúbal, Torres Vedras, Viana do Castelo). Os dados acabados de referir dizem respeito ao ANTT, distritais e regionais, sendo que há fundos de provedorias espalhados por arquivos municipais, que não foi exequível levantar; e que existe documentação de Setúbal, Torres Vedras e Alenquer no Hospital de S. José, sendo que o estado da descrição não permite avaliar de forma cabal a sua completude). Por outro lado, em fundos de provedorias no mesmo universo arquivístico, a documentação é posterior aos séculos XVII (Algarve, Évora na Biblioteca Nacional, Portalegre no fundo do Governo Civil de Portalegre). Por fim, em alguns arquivos da mesma rede, a descrição arquivística disponível é insuficiente para determinar a existência de documentação vincular pertinente dentro da cronologia do projeto (Arquivos distritais de Aveiro, Beja, Braga; de Santarém e Tomar, de Coimbra, na Torre do Tombo). Dado que ao projeto interessavam o tipo de documentos constantes dos tombos, e que era de grande morosidade, e incerto resultado, procurar nos maços essa documentação, o levantamento teve que cingir-se às provedorias com tombos. A única exceção foi o Juízo dos Resíduos e Capelas, no Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), dado que os autos de contas estavam descritos (cfr. observações supra). Aqui, como em relação à Provedoria das Comarcas de Évora e Estremoz, foram descobertos “tombos”, num período em que o projeto já não poderia efetuar esses levantamentos documentais, por organização interna do trabalho. Os “tombos” da Madeira estão descritos na plataforma *Archeevo* do ABM (e não contêm documentação de relevo para o projeto, sendo que serão apenas uma pequena parte dos que existiram); os tombos de Évora, que o projeto localizou na Biblioteca Pública de Évora (BPE), são muito numerosos e volumosos, e não foi possível, pelo mesmo motivo, inserir os

18 Uma análise geral do estado da descrição e do acesso aos arquivos das provedorias das comarcas foi entregue em Maio de 2025 para publicação em *Notícias da Torre do Tombo* (Maria de Lurdes Rosa, Mário Farelo – “Estado da informação arquivística dos fundos arquivísticos das Provedorias das Comarcas”, no prelo).

dados na base. Foram publicadas as listagens elaboradas pelo projeto¹⁹, e no site da BPE, instituição que procede atualmente à digitalização dos tombos, no âmbito do PRR. Por fim, a existência apenas de autos tornou totalmente inexecutável, em termos de organização do trabalho do projeto, o levantamento da documentação da série “Legados pios” da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada; foram introduzidos os dados dos três livros existentes da Provedoria, que se encontram na *Coleção Manuscritos Ernesto do Canto*, por compra deste erudito benemérito. No caso da Provedoria da Ilha Terceira, a total desorganização, a limitada descrição e o mau estado dos documentos, do fundo denominado “Auditoria Administrativa de Angra do Heroísmo” impossibilitou o levantamento quer de livros, quer de maços, desconhecendo-se as existências, em ambos os casos²⁰.

NOTA SOBRE ACERVOS TOTALMENTE POR LEVANTAR

1. Fundo Desembargo do Paço (ANTT)

Este fundo não esteve incluído nas listas de partida do levantamento, dado que em primeiro lugar, a produção documental relativa a vínculos era tardia em relação ao período em estudo, concentrando-se no século XVIII e, em especial, na época das medidas pombalinas de regulação de capelas e morgados. Não obstante, e dado que poderia incluir treslados autênticos em número relevante, ausentes noutros fundos, foi feita uma sondagem nos instrumentos de acesso à informação, para aferir da exequibilidade do levantamento. Em função da mesma (resumo na tabela infra), decidiu-se que o levantamento não seria proveitoso, em termos de relação quantidade e qualidade da informação/ tempo disponível para levantar fundos com documentação diretamente relevante.

Repartição	Comuns	Potencialidade
Minho e Trás-os-Montes	F 47-1, F 98, F 99	O termo «capela» está indexado, mas não «morgado». A organização é sobretudo toponímica. Não é claro se a indexação s.v. “capela” incluiu ou excluiu as capelas indexadas em cada entrada de localidade

¹⁹ ROSA, Maria de Lurdes - Vínculos das Provedorias da comarca de Évora e Estremoz, séculos XV-XIX. Vínculos das Provedorias da comarca de Évora e Estremoz, séculos XV-XIX. In *Tombo das Capelas da cidade de Évora e das Vilas de Montemor-o-Novo, Alcáçovas, Viana, Redondo, Cabeção, Mora e Lavre*. André Madruga COELHO (ed.), Maria de Lurdes ROSA (coord.), pp. 511-518. Coimbra: IUC, 2024 (listas p. 520 ss).

²⁰ Cfr. OLIVEIRA, Maria Teresa, NÓVOA, Rita Sampaio da - Entailment in the Azores. In CURVELO, Arthur C. (et al.)- *Entailment Societies? Entails in the portuguese Atlantic (14th -17th centuries)*. Coimbra: IUC, 2024 pp. 225 ss.

Repartição	Comuns	Potencialidade
Beira	L 245	Os termos «capela» e «morgado» não estão indexados
Corte, Estremadura e Ilhas	L 255, L 255-1, L 255-2	Os termos «capela» e «morgado» estão indexados
Alentejo e Algarve	L 257, L 258 (só capelas), L 258A (capelas e morgados)	L 257 e L258 o termo «capela» está indexado; lv. 258A - os termos «capela» e «morgado» estão indexados, mas a entrada é toponímica. Segue-se-lhe o nome do instituidor (?), o tipo de instituição (morgado, capela, vínculo) e a data do que deve ser a “operação” solicitada ao Desembargo do Paço, mas esta não é discriminada. O livro 258A tem o título “Instituições de capelas e morgados”, mas só pedindo os maços é que se pode verificar se esta é a única operação. Os ficheiros “rosário” (em muito mau estado) parecem ser genericamente iguais aos livros, mas há no conjunto “Monteito a Mourão”, uma série de fichas indexadas por “morgado”; a sua utilidade é limitada, porque não têm local ou data, apenas o nome do instituidor (?), operação e maço (sem mais). O relacionamento com o L 258A é difícil, e são sem dúvida menos do que os nele referenciados.

2. Arquivos de família em posse privada

Era um objetivo do projeto VINCULUM fazer levantamentos sistemáticos em arquivos de família em posse privada, tendo para tal obtido concordância de um vasto conjunto de proprietários. Esta intenção revelou inexequível e em parte, redundante. Por um lado, o estado da descrição e as condições de acesso de muitos destes arquivos não são de molde a permitir levantamentos sistemáticos, apesar da boa vontade dos proprietários. Por outro lado, constatou-se que uma quantidade importante de documentos relativos a vínculos presentes nesses arquivos estava igualmente presente em fundos de regulamentação e registo da Coroa e da Igreja, nomeadamente nas Provedorias das comarcas, no Registo vincular e nos livros de capelas de instituições eclesiásticas. Deixa-se, no entanto, a intenção proceder a uma verificação mais sistemática, tendo em conta também que os arquivos de família privados correspondem, tanto quanto possível, a sistemas de informação relativamente inteiros, o que lhe confere um interesse em si.

ANEXO 4. LISTAS DE VÍNCULOS NÃO INSERIDOS NA BASE DE DADOS [a disponibilizar brevemente]